

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
CASTELO BRANCO**



**ATA Nº 2**

**27 FEV 2024**



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

## ATA N.º 2/2024

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2024, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Simão Martins Mingacho (em substituição de Jorge Manuel Vieira Neves), pela Primeira Secretária, Celeste Nunes Rodrigues (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda Secretária, Ana Sofia Santos Ramos Pereira (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**
- 2. Aprovação das atas:**
  - 2.1. Ata nº. 9/20223, referente à sessão de 7 novembro.**
  - 2.2. Ata nº. 10//2023, referente à sessão de 21 de dezembro.**
  - 2.3. Ata nº. 1/2024, referente à sessão de 11 de janeiro.**
- 3. Intervenções.**

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.**

**Ponto 2 – Discussão e votação das propostas de “Retificação da Tabela de Tarifário para o ano de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta nº. 1/20224)**

**Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de "Regulamento Municipal do Sistema de Utilização Partilhada de Bicicletas". (Proposta nº. 2/2024)**

**Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “Relatório de Avaliação Global. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação”. (Proposta nº. 3/2024)**

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta “União de Freguesias de Povoia de Rio de Moinhos e Cafede. Aditamento ao Contrato Interadministrativo para a Requalificação do Ringue de Futebol”. (Proposta nº. 4/2024)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Jorge Manuel Vieira Neves), António Augusto Cabral Fernandes, Orlando Vicente (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carlos Alberto da Conceição Casal (em substituição de Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho), Maria José Sobreira Rafael, Hélio Pedro Gonçalves Lameiras (em substituição de Francisco Manuel Pombo Lopes), João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, André Carvalho (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Carlos Salvado (em substituição de Ana Cristina Marques Lourenço), Carlos Simão Martins Mingacho, André Manuel da Silva Bernardino (em substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

#### MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Francisco Manuel Pombo Lopes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Daniel António Guerreiro Almeida e Ana Cristina Marques Lourenço.

#### JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Jorge Manuel Vieira Neves, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Francisco Manuel Pombo Lopes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Daniel António Guerreiro Almeida, Ana Cristina Marques Lourenço.

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:

**Presidente da Assembleia Municipal em substituição – Carlos Mingacho**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Devido à impossibilidade da presença do Presidente da Assembleia, dou início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Em nome da Mesa, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Informo que o Deputado Miguel Gregório Barroso pediu suspensão do mandato, pelo que vai ser substituído nos termos do Regimento, pelo elemento seguinte na lista do Grupo Municipal do PSD / CDS-PP / PPM, em concreto, José Alberto Moreira Duarte, que de seguida tomará posse.

### **Termo de Posse**

“--- Aos 27 dias do mês de fevereiro do 2024, nesta cidade de Castelo Branco e nos Paços do Concelho, onde eu, Carlos Simão Martins Mingacho, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Castelo Branco (em substituição) me encontrava, compareceu, a fim de tomar posse do cargo de membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco, José Alberto Moreira Duarte, com o cartão de cidadão nº. 04121455, em substituição de Miguel Gregório Barroso, que tendo manifestado a sua impossibilidade para ocupar o cargo, suspendeu ao mandato. -----

--- Verificada a legitimidade e depois de prestado juramento legal, foi-lhe conferida posse pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, do que, para constar, se lavrou o presente termo.”

A correspondência recebida que estará aqui para eventual consulta dos Senhores Deputados Municipais, é a seguinte:

- **ERSAR – Processo de Contraordenação nº. 28757/2023 – Notificação da Decisão Final.**
- **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. - Relatório Semestral do ROC com informação económica e financeira do Município de Castelo Branco (1º. Semestre de 2023)**
- **Tribunal de Contas – Relatório nº. 12 ARF 2ª S – Município de Castelo Branco.**
- **Publicação Mensal – “Voz das Misericórdias” – janeiro de 2024.**

### **2. Aprovação das atas:**

2.1. Ata nº. 9/20223, referente à sessão de 7 novembro.

Aprovado, por unanimidade.

2.2. Ata nº. 10//2023, referente à sessão de 21 de dezembro.

Aprovado, por unanimidade.



2.3. Ata nº. 1/2024, referente à sessão de 11 de janeiro.

Aprovado, por unanimidade.

### **3. Intervenções**

#### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

A minha intervenção tem a ver com questões que preocupam os cidadãos sobre insegurança, parece que a cidade está a ficar exposta a um sentimento de insegurança (medo). Está a gerar-se com mais frequência incivildades e delitos na cidade e por outro lado insegurança perante o mau estado da pavimentação/arruamento, falta de sinalização. Estes dois aspetos criam medo /perigo, preocupação ou inquietação nos cidadãos. É um direito dos cidadãos sentirem-se seguros, terem segurança na cidade. Por exemplo, a Carta Urbana Europeia sobre Segurança Urbana recomenda medidas de planeamento de prevenção nos espaços públicos. Nesta emergência de 'inseguranças' exige-se à governação municipal mais segurança, uma reconfiguração do próprio conceito e alargamento do domínio da segurança num delicado equilíbrio entre segurança e privacidade. Creio que se trata de uma questão de ordem social e de política municipal para enfrentar os desafios de segurança adotando medidas preventivas. Vejamos:

Insegurança Cidadã. (A imigração de pessoas: um desafio à segurança que exige políticas e modelos de integração). Tem havido mais casos de delitos na cidade que geram uma perceção nos cidadãos de insegurança em duas dimensões distintas: uma dimensão objetiva ou real e uma dimensão subjetiva ou pressentida que constituem o verso e o reverso de um mesmo fenómeno, desenvolvendo-se a primeira, num plano material, através de situações de delitos/infrações e criminalidade objetiva cometida contra as pessoas e contra os bens e a segunda, num plano psicológico, produzindo sentimentos de medo pessoal e preocupações securitárias. O sentimento de insegurança das pessoas corresponde a manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, ou seja, preocupação de ordem social.

Apelamos para uma Política Municipal de Segurança e Prevenção da Criminalidade (houve aumento de casos e de detenções, 428 em 2023 de violência). Necessitamos de um Contrato Local de Segurança diretrizes da Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2023 -DR, I série, nº 154, de 09/08/23), já que parece não existir e de uma maior vigilância e intervenção policial para a cidade, sobretudo em ruas e parques, espaços públicos utilizados por famílias, crianças e jovens. Ou seja, necessitamos dum Projeto de vigilância para não criar uma mediatização da insegurança e de violência. A proliferação de sistemas de videovigilância em locais públicos de utilização comum tem vindo a crescer em todos os países



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

européus. A implementação de sistemas de videovigilância no espaço público prende-se com a necessidade de reduzir o crescente sentimento de insegurança que se vai apoderando das populações.

Senhor Presidente estabeleça um Contrato Local de Segurança e preocupe-se pelo novo cenário existente em Castelo Branco em termos de segurança dos cidadãos.

2. Insegurança viária. Temos verificado o mau estado de pavimentação, de ruas e passeios na cidade e auscultado o descontentamento dos cidadãos para essa insegurança, principalmente nas pessoas de fraca mobilidade, assim como nas vias pedonais. Deve haver mais intervenções de melhoramento das condições de acessibilidade pedonal e segurança rodoviária, criando novas passadeiras e lombas reductoras de velocidade ou através de um sistema de sinalização. É verdade que a Câmara colocou sinalização em alguns locais, mas exige-se um Plano mais abrangente de sinalização e de segurança para a cidade e nas aldeias. Ou seja, medidas de moderação do tráfego, corredores arteriais e de interseções.

Por outro lado, tem havido petições de moradores (requerimentos dirigidos à Câmara) que exigem alterações para uma maior segurança viária para evitar sinistros ou acidentes. Por exemplo, colocar no terreno equipas de intervenções nos pavimentos, nos passeios, nas Avenidas (Boa Esperança e do Brasil – Req. Desde 2023 à espera de solução – AM de 09/02/23) segurança nas vias públicas (Avenida 1.º de Maio).

Senhor Presidente é intenção da Câmara elaborar um Plano/Projeto Global para Cidade mais abrangente de Sinalização para melhor mobilidade do peão e nas travessias pedonais, evitando possíveis sinistralidades pedonais e assim dar mais segurança rodoviária. A Mobilidade urbana implica o peão, o ciclista, os transportes públicos... e as acessibilidades, aspetos a ter em conta nesse Plano. Ou seja, está previsto um Projeto de Sinalização Viária para a cidade e nas freguesias? O que desejamos são Diretrizes para Promover a Segurança Viária a partir do Desenho Urbano.

A segurança viária em planos de mobilidade, planos de urbanização, planos de ação e outros planos que priorizem a segurança nos projetos urbanos. A Câmara Municipal deve dar um passo rumo à qualidade de vida da nossa comunidade investindo mais na qualificação das acessibilidades, na segurança de condutores e peões. A Câmara deve estar atenta às necessidades do nosso território e realizar intervenções que se revelam urgentes e determinantes no quotidiano de quem reside, trabalha e visite a cidade e o concelho. Daí que deve insistir na reparação, na repavimentação e conservação de vias na cidade e no concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente da Câmara precisamos de levar à prática uma educação em segurança rodoviária com o objetivo de promover um maior conhecimento e compreensão das regras de trânsito, que implique o reforço ou alteração de atitudes, principalmente nos nossos jovens escolares, de modo a gerar neles uma melhor filosofia de segurança, uma consciência do risco e da segurança pessoal e, ainda promover programas de ensino de segurança rodoviária dirigidos aos alunos das escolas, como fazem em muitos países da comunidade europeia.

Tenho dito.

### **Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA)**

Estou aqui porque um cidadão pediu-me para fazer em Assembleia, citar um apelo. Eu disse que sim e passo a citar: “sou proprietário de um apartamento, nos prédios de habitações sociais, junto aos Bombeiros, onde estou a ter problemas com infiltrações provenientes de um apartamento cujo proprietário é a Câmara Municipal e sobre o qual, tenho reclamações e pedidos de reparação há seis meses e até agora nada. Estou a ponderar entrar com um processo na justiça, pois estou farto de ter prejuízos e o Município só empurra o caso de um lado para o outro, inclusive a atendente da Câmara Municipal já disse que não vale a pena lá voltar e para ir diretamente aos Estaleiros.”

Portanto, faço aqui um apelo aqui ao Senhor Presidente da Câmara visto que o apartamento pertence à Câmara Municipal e já agora também já que estou a falar deste assunto, queria apelar

também às dificuldades que existem nas escolas e mais propriamente na Faria de Vasconcelos que é onde estou em que há pequenos detalhes, mas que fazem toda a diferença, como por exemplo, os estores estão estragados, as casas de banho algumas não funcionam e, portanto, também faço esse apelo.

Obrigado.

### **João José Louro Ramos (PSD/CDS/PPM) –**

Reabilitação da escola de Monforte: Há muito que se fala, deu-se o primeiro passo em junho de 2023, a obra foi posta a concurso, o mesmo ficou deserto de propostas;

A decisão seguinte foi reformular o projeto com o objetivo de baixar o custo da obra, até a data ainda não esta concluído segundo sei;

O passado pouco interessa, vamos a situação atual:

- Temos 38 crianças a residir na freguesia;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 17 crianças deslocam-se todos os dias para a escola em Malpica;
- Fazemos 260 km diários;
- Doze viagens;
- Início do transporte 7:15 - → 9:45;
- Final do transporte 15:00 - 17:45;

### Conclusão:

- Risco em termos de segurança no transporte, carrinha com 448500 km;
- Gastam-se 25000€ por ano só no transporte;
- 10 anos gastam-se 250000€;
- Duas semanas sem aulas por falta da auxiliar;
- Em termos ambientais e um procedimento negativo;
- Falamos tanto de coesão e igualdade e constatamos esta realidade;
- Não interessa a cor raça ou etnia a realidade é esta, 38 crianças a viver em Monforte, será que não se justifica a requalificação da escola?
- Existe alguma previsão para o novo lançamento da obra????

Tenho dito.

### **Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida (S-MI)**

No passado dia 3 de fevereiro assinalou-se o primeiro aniversário do anúncio da decisão de construção do IC31 em perfil de autoestrada.

Socorremo-nos de um vídeo da reconquista TV para relembrar o que aconteceu nesse dia.

Foi um dia feliz e as caras sorridentes dos ministros e do nosso presidente, no seu encontro com a comunicação social, mesmo ali na escadaria dos Paços do Concelho, assim o desmontavam.

Mas vamos recordar o que de mais importante foi dito:

Começemos por um extrato introdução do jornalista do jornalista:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“...e desta vez não houve meias palavras ...”

Podemos dizer que esta introdução qualifica como assertiva a comunicação a que assistia.

Fala então o ministro João Galamba, referindo que:

“...neste momento é avançar para poder ter as máquinas do terreno em 2025...”

O nosso Presidente da Câmara não quis ficar atrás e arrastou para esse compromisso o ainda nosso primeiro-ministro quando refere que:

“...O momento de viragem foi o conselho de ministros que aqui teve lugar a semana passada, é por isso que temos que agradecer muito ao senhor primeiro-ministro...”

Este aniversário até merecia ser bem comemorado.... mas, entretanto, apareceram novas informações sobre o tema, que me causaram muita estranheza.

Mais uma vez recorri a um vídeo da Reconquista TV de 19 de janeiro deste ano, com o título “IC31 só deve entrar em obras em 2028”:

Comecem por reparar que o semblante dos dirigentes mudou um pouco. Começou o jornalista por referir que “A Infraestruturas de Portugal se prepara para lançar o concurso público para o estudo prévio e o projeto de execução do troço intermédio do IC31” refere ainda que “...a decisão de melhorar o perfil, fará com que provavelmente só haja trabalhos no terreno em 2028...”

... então? Há uma ano atrás, quando se anunciou a alteração do perfil garantiu-se o início dos trabalhos para 2025 e agora essa alteração serve de justificação para um atraso de mais 3 anos no início da obra?

Refere depois a ministra Ana Abrunhosa:

“...o Tribunal de Contas teve o processo quase um ano... estava previsto que a verba para alimentar o projeto era do 5G, o TC colocou restrições...é algo que nos ultrapassa...”

Portanto, temos a decisão de fazer uma obra, mas não temos como a pagar. Mas parece que a culpa é do TC mas porque será que ninguém no governo conseguiu antecipar este “constrangimento”?

Fala ainda a Senhora Ministra numa adjudicação a uma empresa em novembro e diz que:

“...tenho tido ecos, que as pessoas dizem que vai avançar porque vêm pessoas no terreno...”

É com ecos das pessoas que dizem que vêm pessoas no terreno que uma ministra formula as suas opiniões? E é assim que o governo controla as suas obras?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas afinal que adjudicação é esta a que se refere a ministra, uma vez que a sessão era para anunciar o lançamento do concurso público para o estudo prévio e o projeto de execução ...?

Alguém vai ter de explicar melhor isto..., mas já lá vamos.

Em resumo:

Depois de décadas, foi tomada uma decisão em 2023. Hoje temos a perspetiva que vamos ter o início das obras em 2028, porque o trabalho do TC que demorou 1 ano, o que resultou num atraso de 3 anos no início das obras (2025 para 2028). Vamos então ter 5 anos desde a decisão ao início da obra e possivelmente mais 3 anos até se poder “inaugurar”, ou seja, em 2031... 8 anos para construir pouco mais de 50 km de autoestrada...enfim.

Para avançarmos, vamos rever uma outra citação da senhora ministra:

“Neste momento é irreversível, seja qual for o governo que ficará a partir de 10 de março, vai ter de fazer o IC 31...”

Vamos então ver quem poderá ficar no governo a partir de 10 de março:

1. Há uma remota hipótese do CHEGA integrar um Governo. O que pensa então André Ventura sobre este tema?

Facilmente conseguimos saber, basta verificar as declarações numa entrevista à CNN a 4 de dezembro, onde refere que:

“...há uma coisa que não precisamos mais é autoestradas, isso é que não precisamos mais, de certeza...”.

Portanto, sobre o CHEGA estamos falados.

2. Sobre a AD foi um pouco mais difícil antecipar o que poderá acontecer. Como não conheço declarações públicas sobre o tema, fui ler de uma forma seccionada o seu programa e o que encontrei foi:

(será que os nosso colegas do PSD me podem ajudar?)

No programa económico temos nos pontos:

2. Apostar na Iniciativa Privada e na Produtividade

2.3. TRANSFORMAR CUSTOS EM OPORTUNIDADES

2.3.2. MOBILIDADE, INFRAESTRUTURAS E COMUNICAÇÕES



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Encontrei uma referência, onde se comprometem a concretizar os projetos do PNI 2030. Fui verificar o PNI 2030 e lá está, na página 42.

Assim, contamos convosco (deputados do PSD), para retirar este compromisso das profundezas do vosso programa e que o ponham a flutuar na espuma da atualidade... em especial quando o vosso líder por cá passar em campanha...ou será que já por cá passou?

3.Por fim temos o PS que se apresenta com o lema “MAIS AÇÃO”.

Das pessoas que foram protagonistas neste último ano, João Galamba já não está. António Costa vai sair dentro de dias e Ana Abrunhosa, cabeça de lista nas últimas legislativas por Castelo Branco, abandonou-nos a favor de Coimbra.

Resta-nos o Senhor Presidente da Câmara, a quem peço que nos clarifique a “time line”, de tudo o que tem ocorrido e o que pensa que vai ocorrer, mas por favor, deixe de lado a militância partidária e fale-nos como albicastrense...Muito Obrigado.

### **Christelle Varanda Domingos (PS) –**

Irei hoje fazer uso da palavra nesta reunião de Assembleia na perfeita assunção daquilo que nos incube a todos, enquanto membros desta Assembleia Municipal que é o de prestarmos esclarecimentos informados e prestarmos verdades de facto a todos aqueles que confiaram em nós para estarmos hoje aqui.

E é para estas pessoas que esta minha intervenção é sobretudo para expor e esclarecer parte da pesada herança que continua a afetar uma parte significativa das instituições deste concelho a vários níveis.

Não falo apenas da estratégia local de habitação, não falo apenas do cineteatro que nunca acautelou qualquer credenciação junto da Direção Geral das Artes e que pela primeira vez às mãos deste executivo avançou com esta candidatura.

Neste caso, como em tantos outros que subsistem, consegui este executivo começar a resolver problemas antigos, mas como não é possível corrigir e resolver tudo de uma vez, é criticado pelos que nada fizeram que permitiram arrastar situações idênticas por tempo de mais.

De facto, exemplos mais existem como os mais atentos saberão, mas como tantas vezes já aqui foi referido, em política não pode valer tudo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi-me dito que aquando do reconhecimento da Inovcluster enquanto cluster de excelência bronze, que se equacionava vir a público para contrapor este facto, da mesma forma formosa com que temos vindo a ser habituados.

Falava-se que a ideia seria referir-se ao facto de outrora este cluster já ter obtido em 2014 reconhecimento semelhante. Facto. Mas é de facto importante contar a história até ao fim. Este reconhecimento deveria ter sido novamente despoletado em 2016 e nada se fez, nem em 2016, nem em 2017 e nem nos anos subsequentes. Quando em 2022 se quis pegar neste processo, a única alternativa seria voltar à etapa zero. A verdade é que este reconhecimento, e da qual faço as devidas honras à equipa que o conseguiu, já estava caducado há mais 8 anos. 8 anos de oportunidades perdidas.

A verdade é que é este reconhecimento europeu e as suas boas práticas internacionais também através da assinatura do Pact of Skills em 2022 já com este executivo, tem possibilitado à Inovcluster o reforço das suas redes de cooperação, quer com parceiros nacionais, quer internacionais, quer a sua influência internacional, tendo sido já por influência direta destes factos, convidada por vários organismos como a ETF – Fundação Europeia para a Formação (European Training Foudation) e a Plataforma Europeia de Colaboração de Clusters, ambos organismos da União Europeia, para prestar o seu testemunho e contributos a tantos níveis.

Dizer que liderou recentemente uma candidatura de âmbito regional ao PROVERE, composto por 38 entidades, para a Valorização dos Produtos Endógenos através de uma Estratégia de Eficiência Coletiva dos Queijos Centro de Portugal. Esta candidatura surge em resultado do trabalho desenvolvido com o Programa de valorização da Fileira do Queijo que decorreu no passado, mas é sobretudo resultado de um trabalho de avaliação a este programa, de reconhecimento de falhas e de correções necessárias, e de diálogo, permitindo que pudesse agora a InovCluster liderar a partir de Castelo Branco, uma candidatura de aviso concorrencial representativa de todo a região centro.

Dizer ainda que já este mês de fevereiro, para além da exigência desta candidatura, organizou ainda a participação de 4 empresas na mais relevante feira mundial de produtos biológicos, a Biofach, onde convergem os mais importantes players do setor.

Organizou ainda a par com outros 4 clusters europeus uma missão empresarial aos Emirados Árabes Unidos com o objetivo de oferecer apoio prático para acelerar os processos de internacionalização neste mercado a 10 PME's.

E para fechar o mês em grande, integrou ainda um consórcio internacional de 12 países para submissão de uma candidatura ao programa HORIZON para trabalhar modelos de produção mais sustentáveis,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

contribuindo assim para a inovação, sustentabilidade e subsequente aumento de competitividade das empresas do setor, como é seu propósito.

Caras e, caros Senhores, deputados, entristece-me esta forma de fazer política e oposição, entristece-me ver que tanto a nível nacional como local, estas críticas populistas e de meias-verdades, de guerras de pódio e poder, sejam o foco de intervenção de tantos, e que faz com que tantos jovens, e cada vez em maior número, percam a motivação de contribuir e de se envolver na política.

Continuo a assistir diariamente à dedicação deste executivo, que pequeno em número, é grande nos seus desejos e aspirações de fazer acontecer e resolver problemas antigos sem disso fazer bandeira política.

Obrigada.

### **João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**

Tive de fazer uma pequena alteração à minha intervenção, a primeira nota, já disse aqui há bastante tempo que a segurança realmente é um problema e quando prestarmos atenção vai ser tarde de mais e congratulo-me quando já não tenho só eu o alvará da segurança nesta Assembleia Municipal porque também o MPT veio falar da segurança.

Relativamente à questão que colocou do IC31, realmente aquela observação do Dr. André Ventura é verdadeira, disse-o na CNN, mas é a nível geral do país. Há situações pontuais necessárias e pode consultar o nosso programa eleitoral específico para o nosso Distrito de Castelo Branco, a nível de estruturas rodoviárias inclui a abolição das portagens da A23, a construção do IC31 e não daquele que foi anunciado aqui que era Alcains-Proença-a-Velha, será Alcains-Monfortinho. A requalificação do IC38 a sul do nosso concelho e a construção da IC6 a ligar Coimbra à Covilhã.

Deixo-o mais descansado.

Mas o que me trouxe aqui hoje, a minha intervenção é relativamente à alteração de comportamentos que se verificaram na nossa cidade depois da pandemia e noto que a nossa vida noturna e em contacto com os comerciantes está realmente mais pobre, há menos pessoas na rua, vê-se menos pessoas à noite. Aquilo que noto, falando aqui concretamente nas Docas é que nós eventualmente estamos a apostar muito pontualmente ter atividade que leva muitas pessoas, por exemplo, não consigo compreender como é que na Passagem de Ano que se faz um investimento tão grande, às 4 da manhã fecha tudo, é uma noite completamente diferente. As Docas estavam à pinha e foram e as pessoas foram corridas e não havia situações de segurança, penso eu, as pessoas podiam aproveitar ali mais tempo para fazer mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

negócio, era uma noite excecional, penso que também ninguém se ia queixar pelo barulho numa noite de Passagem de Ano.

Penso que seria mais útil na vez de termos um investimento tão grande, em situações pontuais, irmos tendo investimentos para dinamizar esta zona e também rentabilizar os comerciantes.

A outra situação, também tem a ver com os comerciantes, o nosso Mercado Semanal, no Campo da Feira que cada vez há menos comerciantes e clientes nem vê-los. Temos de questionar se faz sentido continuarmos a ter aquele espaço tão grande para ser utilizado numa manhã de segunda-feira e o resto da semana é utilizado para outras atividades sem condições para tal. Por um lado, dar condições aos comerciantes, eventualmente noutro espaço, com outra dinâmica, mas também aproveitar aquele espaço, porque temos um bom espaço, moro mesmo ao lado, não é utilizado durante toda a semana. Convido-vos a fazer uma visita numa segunda-feira de manhã.

No nosso Distrito podemos ver que há outras soluções, dou o exemplo do Fundão que tem um mercado com outra dinâmica completamente diferente porque está integrado, como o mercado que temos aqui e o outro do Campo da Feira, estão juntos e têm uma maior dinâmica e atrai mais população.

### **Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) –**

Atualmente, com vista á redução das emissões de gases com efeito de estufa, o compromisso do país para 2030 é de 49% de utilização de energia proveniente de fontes renováveis (2030 DL 84/22), onde se incluem os painéis solares.

Hoje, os painéis solares multiplicam-se nos campos como cogumelos, alterando a nossa paisagem rural substituindo a agricultura, a floresta e os animais e dificultando o desenvolvimento da flora e da fauna natural, tão preciosas e tão características do nosso território.

Cada vez mais os nossos terrenos que de outra forma teriam como destino mais provável a agricultura, estão agora entregues à escuridão dos painéis solares, que têm uma pegada ecológica cujos efeitos ainda agora começam a ser estudados.

Sendo louvável que Portugal esteja na linha da frente em termos de capacidade de produção de energias renováveis, pergunto:

É isto que queremos para o nosso tão querido e apreciado território?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Se não houver consciência de que há riscos ambientais e paisagísticos associados á instalação de painéis solares, de forma aleatória e quase sem regras, que criam riqueza, mas apenas para alguns, é certo que o que estamos é a hipotecar a sobrevivência e mesmo o futuro de muitos.

Senão vejamos:

É a nossa agricultura, a forma como tratamos do nosso território que nos distingue; que nos diferencia e nos dá a tal “especificidade” de que tanto se fala. É a agricultura que suporta a nossa paisagem, que nos traz potencial turístico e faz crescer a nossa economia, fomentando a criação de condições dignas de vida à população que ainda por cá vive.

Não devemos privar o nosso território, os nossos terrenos agrícolas da luz “germinadora” do sol cobrindo-os de escuridão, nem criar paisagens de “painéis negros”. Não queremos, ou melhor não podemos hipotecar o futuro desta forma!

Que território queremos deixar aos nossos filhos, aos nossos netos?

A resposta parece-me simples:

Queremos ter terrenos férteis e campos tratados que possam ser um orgulho para quem cá vive e simultaneamente, um atraente cartão de visita para quem para cá queira vir viver ou mesmo um convite para que nos queiram visitar.

Os painéis solares são uma ideia fantástica, mas entendemos que deveriam ser sobretudo vocacionados para as zonas urbanas, nomeadamente para a cobertura de edifícios, de parques de estacionamento (como já temos alguns na nossa cidade) ou ainda em terrenos marginais dos quais pouco ou nada se possa extrair.

Sim! Todos temos a obrigação de contribuir para um planeta ambientalmente mais saudável, mas não a qualquer custo. Os eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM desta Assembleia querem que as soluções passem pela proteção da nossa agricultura e do nosso território.

Sabemos que a legislação, que regulamenta esta matéria publicada em 2022 (DL 30 – A/2022 e 72/2022) disponibiliza uma espécie de “via verde” para o licenciamento das centrais de painéis solares e que até prevê compensações financeiras para os municípios onde estas se instalam...

Já sabemos, portanto, qual é a posição do Partido Socialista, enquanto governo, sobre esta matéria, mas o que interessa aos albacastrenses agora e querem saber é:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Qual é a posição, a visão do Senhor Presidente no que concerne á instalação de painéis solares no concelho de Castelo Branco?

- E, já agora, o que já foi feito ou pretende fazer, para a podermos atingir?

Termino reiterando que os eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM desta Assembleia, acreditam que podemos contribuir para um planeta ambientalmente mais saudável, mas não a qualquer custo!

Tenho dito.

### **Maria José Sobreira Rafael (S-MI)**

Como sabemos, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPCentro), é um organismo que tem por missão participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, da segurança alimentar, da sanidade vegetal, de desenvolvimento rural e das pescas, entre outras, em articulação com os serviços centrais, sendo um organismo fundamental à organização das políticas agrícolas do Centro, apoiando os agricultores na elaboração de projetos e no desenvolvimento, evolução e gestão das suas práticas de produção. Não há desenvolvimento das zonas rurais se não tivermos uma agricultura competitiva, desenvolvida e sustentável. Com o progresso da agricultura surgem as oficinas que reparam as máquinas, as lojas que vendem as produções.... enfim um incremento económico necessário não só à região, mas também ao país. Com a DRAPC criou-se valor ao serviço da agricultura e pesca, incentivaram-se ações e projetos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural e apoiaram-se os agricultores e as suas associações, bem como as populações rurais. No final de 2023, vemo-nos confrontados com a confirmação do fecho da DRAPC, o último serviço de âmbito regional que existia em Castelo Branco. E isto não é uma herança deste executivo. Lamentavelmente perdemos o apoio e proximidade a uma das atividades em desenvolvimento no interior e fundamental ao sustento de muitos. Perdemos a DRAPC e não ganhámos nada. Mas pior que isto, ganhámos um potencial de esvaziamento. Pode ler-se, num Jornal Local, de 28 de setembro de 2023, e passo a citar: “No âmbito da entrada em vigor da nova lei que a regulamenta (leia-se CCDR) e que lhe confere um estatuto de instituto público especial, a cidade de Castelo Branco vai receber os serviços da vice-presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDR), ligada à área agrícola.” e continuando. mais à frente “Sem se saber, ainda, se a Vice-presidência da CCDR vem para Castelo Branco para ficar instalada nas instalações da atual DRAPC, quais as suas competências e recursos humanos, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, declarou à Agência Lusa, que “a Ministra da Coesão Territorial informou-me que esse é um assunto que estava decidido e que a vice-presidência da CCDR com responsabilidade na área da agricultura vem para Castelo Branco”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No dia 27 de setembro, também esta Assembleia ficou a saber, pelo Sr. Presidente, que a vice-presidência da CCDRC seria implementada em Castelo Branco. E na Assembleia, sublinhou: "Tenho essa garantia por parte do governo", disse, para depois esclarecer que "no dia 17 de setembro de 2022 tive uma reunião com a senhora ministra e com a minha colega de Mirandela, Júlia Rodrigues, e foi nesse momento que lhe dissemos, de forma discreta e silenciosa, que seria impensável que Castelo Branco e Mirandela não tivessem essa relevância naquilo que diz respeito à reorganização dos serviços da CCDR". Parece-nos que Castelo Branco perdeu toda essa relevância e o impensável passou a bastante possível. E isto também não é herança deste executivo. Mais uma perda a lamentar... E porquê? Onde está a sua influência política de forma a concretizar uma garantia? Porque é que Castelo Branco vai perdendo as instituições, perdendo assim capacidade de desenvolvimento, a capacidade de gerar economia, a capacidade decisória e crítica, a capacidade de organização e de dar aos munícipes toda a informação e apoio necessários, numa política de proximidade sem que tenham de se deslocar quilómetros.

O objetivo das CCDR é coordenarem de forma autónoma as respostas de âmbito regional do Estado, desempenhando um papel privilegiado na construção de regiões mais desenvolvidas e sustentáveis, com uma aposta no alargamento dos poderes locais e no reforço da legitimidade democrática em que todos os cidadãos se vejam representados, mais próximos da tomada de decisão e mais capacitados para o exercício de uma cidadania ativa, promovendo um país mais coeso. Mais uma vez perdemos capacidade de desenvolvimento, de coesão, de execução, e vamos ficando mais inertes e mais longe do poder executório.

Sendo que a pasta da agricultura, segundo a CCDRC, fica "transitoriamente" sob alçada da Presidente, "por ser muito importante e complexa, a ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa reiterou a intenção da Unidade de Agricultura e Pescas (designação prevista na orgânica da CCDRC) se instale em Castelo Branco, mas "no futuro". Um futuro que tememos não irá chegar. E a verdade é que Castelo Branco não tem qualquer garantia de que aqui fique algo importante. Nem vice-presidência nem unidade. O caminho no futuro, vai ser o de reforçar, com postos de trabalho, o local onde está a capacidade decisória, ou seja, fora de Castelo Branco, isto sim, é que nos deixa tristes. Obrigada.

**António Manuel Falcão Antunes (Presidente da União de Freguesia de Escalos de Baixo e Mata) –**

Aquilo que venho aqui dizer é que estar na oposição é muito fácil, quando se está no poder é tudo mais difícil. Vinha aqui falar de uma questão, mas vou falar de duas, porque uma coisa puxa a outra e tenho de falar nisto.

Há três anos quando tomei posse, fui confrontado com duas situações, a primeira das Escolas e a outra do Espaço do Cidadão. Na altura é que sei o esforço que foi para conseguir dois Espaços de Cidadão na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

minha freguesia. Estamos a falar, salvo erro, de oito mil euros, não estamos a falar de milhões como foi ali anunciado e a verdade é que no fim de muito esforço, consegui o Espaço do Cidadão.

A segunda situação, é sobre as Escolas. Há três anos fui confrontado com uma situação da Escola dos Escalos de Baixo que ano menos ano era para fechar porque estava a reduzir os alunos na totalidade e a escola não tinha condições. Eu tentei perceber o que se passava e depois de me certificar daquilo que se passava com os professores, com os alunos, os pais e com os funcionários, acabamos por começar a investir muito naquela escola, tudo o que era necessário para que a mesma pudesse continuar e assim foi, isto só para dizer que três anos depois duplicou o número de alunos. Portanto, também parte da pessoa que está à frente das realizações, seja qual for o Presidente de Câmara, quem lá está também tem de lutar. É tudo muito fácil quando se está na oposição e dizer que está tudo mal.

Para resumir, quero dizer que hoje a Escola dos Escalos de Baixo, de facto, está fechada, mas por uma boa causa, é que vamos fazer uma escola nova, vamos investir quinhentos e cinquenta e três mil euros mais iva e tenho a certeza que de futuro vai aumentar o número de alunos, mas para isso temos todos que nos juntar e lutar. Claro que também tive aqui uma facilidade, falei com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas que também realço aqui todo o apoio que nos deu e entre todos chegámos ao consenso que é assim que se faz. É assim que vamos ao encontro da solução da desertificação das nossas aldeias, não é só dizer que nada justifica nas aldeias que se leva para lá as pessoas. As pessoas vão para as aldeias se tiverem todas as condições e mais algumas. É esse o meu objetivo e é por aí que me debato. Como bem sabem, muitas vezes fui acusado de exageros. Não há aqui exageros, se queremos combater a desertificação não podemos olhar se gastamos 5, 10 ou 15 mil euros, mas para isso, temos de ter alguém, neste caso, o Senhor Presidente da Câmara que está atento e que está sempre disposto a ajudar.

Até podem dizer que a Escola não é da Junta, é da Câmara, mas somos nós que lá estamos e temos de fazer esse trabalho e posso dizer que mudei toda a orgânica dos Escalos de Baixo para a Mata, passei três dias a trabalhar naquela Escola. Podia ter dito, “isto é, da Câmara, tem funcionários, então que tratem disso”, mas não, dediquei-me, ajudei, trabalhei, portanto, é necessária esta dedicação e só assim as coisas vão para a frente.

Portanto, quero dizer aos Senhores que estão na oposição e a alguns que já estiveram deste lado que sabem muito bem, quando se está desse lado é tudo fácil, o problema é quando se tem de trabalhar, as pessoas fogem e posso dar aqui um exemplo que para terminar o Espaço do Cidadão que é uma coisa fácil e simbólica, eu é que sei os problemas que tive para conquistar isso. Portanto, estou a referir-me ao Executivo anterior e não a este que só tenho de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ter ajudado e nos ter ouvido. Em meu nome, do Executivo da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata e da população, muito obrigado.

### **José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM)**

Faleceu esta semana um cidadão do nosso Concelho e que esteve aqui comigo, dedicou muito tempo da vida dele à política de Castelo Branco. Foi um bom empresário, funcionário e cidadão.

Desafiava o Senhor Presidente da Assembleia para esta Assembleia fazer um minuto de silêncio em homenagem a Ernesto Valentim Gonçalves que foi Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras.

### **Presidente da Assembleia Municipal (em substituição)**

Se todos concordarem, faremos no final deste período 1 minuto de silêncio.

Quero referir que foi Presidente da Junta de Freguesia de St<sup>o</sup>. André das Tojeiras, fui colega dele nesta Assembleia em outros tempos.

### **Armando Lopes Ramalho (S-MI)**

Estamos em época eleitoral e por isso mesmo é importante que os políticos cumpram aquilo que prometem e que de facto, só prometam aquilo que têm por ambição cumprir. E passo a referir: “o centro histórico de Castelo Branco é um espaço abandonado com inúmeros edifícios degradados e a exigir intervenção urgente, mais de cem edifícios abandonados, em ruínas ou a exigirem intervenção urgente são património da Câmara. Novo centro histórico, mais empresas em perigo, mais residentes, mais comércio, restauração, mais turismo, mais serviços, mais reabilitação e valorização do património, mais acessibilidades e mais cultura. O novo Centro histórico, três escadas rolantes de acesso ao centro histórico e ao castelo por lanços, para servir a população residente e de apoio ao acesso ao castelo e ao desenvolvimento do turismo, comércio e restauração”.

Não são palavras minhas, estes foram três dos cartazes que o PS em setembro de 2021 lançou a sua campanha para as eleições autárquicas no Município de Castelo Branco.

A partir do seu centro histórico no castelo, local onde quis atribuir o simbolismo histórico e que considerou ser o cerne da questão para o Município de Castelo Branco. Todos estes cartazes terminavam com “gente que faz, gente de confiança”.

Diga-me Senhor Presidente, do que prometeu para a zona histórica do castelo, o que já foi feito?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos a pouco mais de um ano para o término do mandato que lhe foi empenhadamente atribuído, há mais de dois anos, o que tem para apresentar a esta gente que reside nesta zona, não passam de um punhado de promessas que o tempo teima em esvaziar “tempus fugit”.

Recentemente o concurso para a reabilitação do edifício abandonado, propriedade da Câmara e onde o Senhor Presidente promete instalar uma Escola de Chefes ficou deserto.

Como pretende ultrapassar este contratempo a tempo de cumprir o prometido? Certamente a proclamada obra não será concluída no seu mandato, “tempus fugit”.

Em dezembro, passado, a Professora Maria José Rafael questionou o Senhor Presidente sobre a natureza dessa escola e até esta data continuamos sem qualquer resposta às pertinentes questões efetuadas nessa data.

Não aceitamos que neste caso venha evocar “o segredo é alma do negócio”. Uma escola, Senhor Presidente, mais importante que os edifícios, só o seu projeto pedagógico, o seu projeto técnico-científico, os seus professores, os seus alunos e o seu enquadramento socioeducativo. Como é que essa escola se enquadra na Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco? Assim, como nos é apresentada, digo, antes ocultada, mais parece a Escola do Chefe.

Recentemente numa entrevista à Comunicação Social, assumiu que a requalificação da zona histórica será por canteiro ou quarteirões.

Senhor Presidente, ainda acredita que o seu mandato tem condições para cumprir as promessas que fez para a zona histórica do castelo, designadamente no que se refere ao número de novas famílias, no que se refere ao número de habitações a requalificar, no que se refere ao número de novos postos de trabalho?

Por tanto, se tentar justificar a nossa inação com o passado e o passado já foi há mais de três anos, estamos a hipotecar o futuro.

Senhor Presidente quem daqui olha para o castelo, não vê o proclamado farol, apenas vislumbra as bandeiras que foram em tempos reclamadas, bandeiras essas agitadas por gélidos ventos, ventos que não geram confiança e que agoiram tomar conta do centro histórico.

Obrigado.

**Celeste Nunes Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas)**

Cumpre-se de Abril na freguesia de Sarzedas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cinquenta anos e cinco Presidentes de Câmara depois, todas as quarenta e três aldeias da minha freguesia vão ficar ligadas à rede pública de água.

Com um investimento de quase dois milhões de euros, a Câmara Municipal de Castelo Branco e os seus Serviços Municipalizados, vão integrar na respetiva rede pública de água, as quatro últimas aldeias do concelho, duas das quais, na freguesia de Sarzedas! Uma aldeia na freguesia de Almededa e uma aldeia na freguesia de S. Vicente da Beira.

É um bom motivo para festejar e para publicamente o assinalar e registar!

Não posso também deixar de assinalar e registar o apoio e a total disponibilidade, quer da Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, Engenheira Sónia Mexia, quer do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Leopoldo Rodrigues, no diálogo que tivemos com as respetivas populações para resolver este já antigo problema.

+Governar para as pessoas e ainda por cima com as pessoas, torna tudo muito mais fácil!

A água é o bem mais precioso que existe à face da terra, porque pura e simplesmente sem água não há vida! Há quem defenda que para já e no nosso país, o problema da água é mais o da sua gestão e menos o da sua escassez. Pois bem o concelho de Castelo Branco está entre os melhores das medidas de combate às perdas de água.

A Câmara Municipal de Castelo Branco e os seus Serviços Municipalizados não se têm poupado no investimento em novas tecnologias, permitindo uma maior celeridade e precisão, na deteção das fugas de água na rede.

Penso que talvez por isso e por uma maior eficiência nos consumos de água, foi possível no ano passado, apesar da inflação, procederem a uma redução global da sua faturação.

Governar para o que é verdadeiramente importante e essencial para as pessoas e sempre que possível com as pessoas, sem grandes alaridos ou foguetórios, é o que verdadeiramente nos motiva, é o que verdadeiramente nos satisfaz, é o que verdadeiramente nos compensa! Utilizo aqui o plural porque sinceramente penso que esta forma de estar e pensar a política, é extensiva ao nosso Presidente da Câmara, Dr. Leopoldo Rodrigues.

E é por isso que quero aqui mais uma vez publicamente assinalar e registar o meu agradecimento pelo seu apoio na pressão que fiz, a meio mundo para, sem grande alarido nem foguetório, termos a fibra ótica nas nossas aldeias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Com a autoestrada à porta e a fibra ótica em casa a freguesia de Sarzedas deixa de estar no Interior.

Bem hajam pela vossa atenção!

### **Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS)**

Trabalhar para uma boa execução das políticas autárquicas é uma tarefa de todas as horas, de cada dia.

É planear, debater, projetar e executar.

Em setembro o Senhor Presidente anunciou novas creches e os projetos seguem o seu curso normal.

Nas Violetas, o projeto realizado, encaminhado para abertura de concurso. Este projeto das Violetas vai dar resposta a mais de oitenta e quatro vagas de creche em Castelo Branco.

Na Quinta Pires Marques, em fase de procedimento de projeto, solucionou-se simultaneamente a questão da obra de St<sup>a</sup>. Zita, que assim permanece em Castelo Branco e que resulta em 159 vagas para a creche e jardim de infância no nosso Município.

Em Alcains com o projeto em execução reabilita-se mais uma parte do antigo ciclo com 42 vagas para creche, numa resposta abrangente do nosso concelho.

Os autarcas levam de frente vários objetivos num serviço de proximidade para as populações.

Na componente educativa temos também a Escola a Tempo Inteiro, com cerca de 79 profissionais a reforçar os recursos humanos, no presente ano letivo. Lembramos que a escola a tempo inteiro e o Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar permite às crianças dos Jardins de Infância e do 1<sup>o</sup>. Ciclo, terem os espaços escolares à sua disposição desde manhã cedo até ao fim de tarde. Das 8 horas às 9 horas são estes profissionais que asseguram o recebimento das crianças, em sintonia com cada estabelecimento escolar. Na hora de almoço o mesmo acontece e ao fim da tarde, das 17.00 horas às 18.30 horas e trinta minutos também.

Trata-se realmente da Escola a Tempo Inteiro, com apoio às famílias.

Nos Jardins de Infância para as crianças dos 3 aos 5 anos de idade e no 1<sup>o</sup>. Ciclo, do 1<sup>o</sup>. Ano ao 4<sup>o</sup>. Ano de escolaridade. Não esquecendo ainda que neste complemento educativo cabe no 1<sup>o</sup>. Ciclo as atividades físico-motoras, a expressão musical e nos Jardins de Infância cabem as TIC ou tecnologias da Informação e Comunicação, o inglês e a Dança.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

As atividades de complemento educativo são gratuitas e facultativas, tal como a Escola a Tempo Inteiro, é gratuita e facultativa. São gratuitas as refeições de almoço para as crianças dos Jardins de Infância e do 1º. Ciclo, isto quer na oferta pública como na privada.

Fixar populações tem muitas variantes, estas são ofertas do Município de Castelo Branco para a fixação de casais jovens e com filhos pequenos, proporcionando-lhes assim, respostas complementares e socialmente acolhedoras.

O Município preocupa-se com o bem-estar dos moradores no nosso concelho. Preocupa-se dia-a-dia, hora a hora e prova-o com uma resposta adequada neste complemento às famílias.

Bom trabalho, Senhor Presidente e Executivo.

### **Hélio Lameiras (PS)**

A capacidade de atrair capital estrangeiro não é tarefa fácil especialmente num território de baixa densidade populacional. Esta realidade exige maior empenho e dedicação àqueles que dirigem os destinos das autarquias para convencer possíveis investidores. A arte de bem receber, reunir, entender as exigências técnicas e funcionais de determinados sectores e posterior oferta de condições aliantes à instalação de empresas é um trabalho rigoroso e exigente.

Podemos congratular o Município de Castelo Branco pela captação de investimento estrangeiro no setor aeronáutico que ascende a 2,7 milhões de euros através da Dassault Aviation Business Services, empresa suíça de manutenção de aeronaves que decidiu investir em Castelo Branco, usufruindo já da sua unidade num hangar em perfeitas condições de funcionamento que permitiu o arranque imediato da sua atividade.

Esta realidade só se tornou possível pela rápida resposta do nosso presidente a esta oportunidade, revelando que Castelo Branco oferece uma boa localização, inexistência de congestionamento aéreo, disponibilidade de terrenos para instalações, proximidade de autoestrada e ligação ferroviária, ou seja, uma clara exposição de pontos fortes que Castelo Branco oferece bem como o apoio crucial que o Município disponibiliza.

A Dassault Aviation, pretende que o IEFP desenvolva cursos técnicos da área aeronáutica a fim de recrutar profissionais para a sua equipa formados localmente. Auxiliada inicialmente pela UBI num estudo prévio das condições, pretende ainda num futuro próximo ampliar a sua estratégia envolvendo o IPCB e UBI uma vez que reconhece as potencialidades das instituições de Ensino Superior. Assim se cria mais emprego, reforçando a oferta formativa e a criação de profissionais numa nova área.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O setor aeronáutico assume desta forma um papel importante no desenvolvimento da região e a autarquia atenta a esta realidade tem apostado continuamente numa estratégia de sucesso, promovendo e desenvolvendo atividades ligadas à proteção civil, turismo entre outras atividades. Disso é exemplo o apoio logístico no combate aos incêndios, a presença de cerca de 10 mil espetadores no Festival Aéreo de Castelo Branco e diversas atividades em parceria com a Força Aérea Portuguesa.

Através das infraestruturas existentes e da sua constante melhoria, é notório que compreendemos a importância do Aeródromo de Castelo Branco, sabendo aproveitar as suas potencialidades, promovendo eventos como a primeira edição do Beiras Air Show a realizar nos dias 10, 11, e 12 de maio no qual o programa contará com seminários, batismos de voo da Força Aérea Portuguesa, aerodelismo, balonismo, expositores e outras atividades destinadas a todos os visitantes.

### **Presidente da Assembleia Municipal em substituição – Carlos Mingacho**

Com base na proposta do Senhor Deputado, José Alberto Duarte Moreira, vamos proceder à cerimónia de um minuto de silêncio em memória de Ernesto Valentim Gonçalves.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Vou tentar ser sucinto e responder às questões que me foram colocadas, sendo algumas delas bastante interessantes e às quais terei todo o gosto em responder.

Estimado Professor Ernesto Candeias Martins, coloca aqui a questão da segurança e as preocupações relativamente à mesma. Devo dizer que tivemos recentemente, mais propriamente no dia 16 aqui no Salão Nobre da Câmara Municipal uma reunião do Conselho Municipal de Segurança que já há muito tempo não se realizava e que foi bastante profícua pelos dados trazidos, mas também pela forma como decorreu. Nessa reunião do Conselho Municipal de Segurança, as diferentes forças que intervêm na segurança do território tiveram a oportunidade de apresentar os dados, mais concretamente referentes ao período transato do ano de 2023. Esses dados são claros, objetivos e também relevantes daquilo que se passa no concelho de Castelo Branco, no que diz respeito à segurança. Existe um aumento do número de crimes, muito centrado naquilo que hoje é uma preocupação global que são os crimes cibernéticos, nomeadamente, através de pagamentos como o MbWay e outros tipos de pagamentos eletrónicos que tem vindo a aumentar, a criminalidade, neste caso, financeira. Já no que diz respeito aos crimes violentos, aos crimes contra as pessoas, verifica-se uma diminuição e os dados da PSP foram claros em relação isso mesmo, que muito nos congratula. Concretamente também foram referidos os casos de assaltos na rua em que se verifica essa diminuição significativa. É óbvio que haverá sempre situações de maior instabilidade, situações que são preocupantes quando ocorrem, mas no que diz respeito à segurança



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

neste território tem felizmente mantido um parâmetro e tem mantido um paradigma que é importante realçar.

Fala também de segurança rodoviária, como sabe e também referiu, a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver um conjunto de ações no sentido de melhorar a segurança dos peões e também daqueles que circulam com meios mecânicos, há um trabalho ainda para fazer e nesta mesma semana no que diz respeito à sinalização que aqui questiona também, autorizei o início de um processo que visa a aquisição de uma carrinha para que se possa fazer a marcação das passadeiras e das vias e com essa criar também melhor segurança para peões e também para automobilistas. Pergunta-nos se existe um contrato local de segurança, não tenho conhecimento de nenhum contrato local de segurança aqui no nosso Município.

A Senhora Deputada, Maria da Conceição do CHEGA, traz aqui um apelo de um cidadão sobre um dos prédios e uma das casas de habitação social, efetivamente, há um longo trabalho para fazer no que diz respeito à habitação e não é por acaso que quando aqui apresentamos, discutimos e aprovamos a Estratégia Local de Habitação, uma verba significativa de uma das áreas de intervenção é de facto a reabilitação. Há muitos anos que estes edifícios foram construídos, precisam de intervenção, uma intervenção profunda e que está estimada de acordo com a Estratégia Local de Habitação em cerca de dez milhões de euros. Paralelamente e porque há situações que são um pouco mais urgentes, os serviços da Câmara Municipal têm estado a intervir em situações pontuais que visam resolver essas mesmas pontualidades.

No que diz respeito às escolas, temos equipas a trabalhar nas escolas, infelizmente, também há muitas situações que não conseguimos resolver. Na Escola Secundária Nuno Álvares substituímos todos os estores que estavam num estado avançado do seu tempo útil, havemos também de chegar e resolver nas outras escolas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monforte coloca aqui a questão da Escola de Monforte e bem, é objetivo do Executivo Municipal reabilitar a Escola de Monforte de modo que os alunos que diariamente se deslocam até à localidade de Malpica do Tejo, possam estudar na localidade de que são naturais. Efetivamente tivemos um primeiro concurso para um projeto de reabilitação que ficou vazio e pedi aos Serviços da Câmara Municipal, nomeadamente, ao Senhor Chefe de Divisão que fizesse uma reavaliação desse projeto, uma readequação de modo a podermos concluir aquilo que tanto o Senhor Presidente de Junta de Freguesia e nós ambicionamos, para que alunos de Monforte da Beira possam estudar na sua terra.

Fala-nos também sobre algumas obras de melhoria que, entretanto, efetuamos, nomeadamente, a melhoria de caminhos e, neste caso, concreto, o betuminoso em dois desses caminhos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Deputado Paulo Jorge de Almeida, traz-nos aqui um conto surreal, ou seja, o Senhor Deputado Paulo Jorge de Almeida, parece que não vive num país real, parece que não conhece aquilo que é a administração, parece que não conhece aquilo que é a complexidade de fazer e realizar obra. E parece que tudo aquilo que aconteceu, não aconteceu. Parece que tudo aquilo que aconteceu não tem significado e parece que tudo aquilo que aconteceu não significa nada para ele e para a região.

Mas, posso-lhe dizer Senhor Deputado que significa muito, o Conselho de Ministros já fez uma Resolução, relativamente ao IC31, uma resolução que contempla o IC31 em perfil de autoestrada e que estão a ser desenvolvidos os procedimentos para que isso se venha a concretizar. Já foi lançado um concurso internacional para o projeto do primeiro troço e até março, em princípio será lançado um segundo concurso internacional para o projeto do segundo troço. Acredito que o Senhor terá algumas artes de magia que podia de um dia para o outro colocar na estrada ou no terreno aquilo que seria o IC31 há muito por todos desejado. Infelizmente, a realidade não é essa, a realidade é que nos leva de forma insistente e de forma empenhada a dar resposta àquilo que são projetos e, sobretudo, ambições de há muito tempo para este território e destas gentes.

Nunca se andou tanto, nem nunca se assumiram compromissos tão fortes e tão concretos em relação ao IC31 como hoje.

Christelle Domingos, fala-nos sobre Inovcluster e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e desmonta aqui de uma forma muito clara e objetiva também aquilo que às vezes se quer fazer passar, que às vezes quer esconder a inação de outros, relativamente àquilo que é ação do presente.

O Senhor Deputado João Ribeiro, fala novamente de segurança e fala sobre o encerramento dos espaços comerciais às quatro da manhã. Devo-lhe dizer Senhor Deputado João Ribeiro, que esta decisão não foi tomada aleatoriamente pela Câmara Municipal, foi uma recomendação dos Senhores Comandantes da PSP e da GNR e de acordo com os dados que os elementos dessas duas forças de segurança recolheram durante a realização desses eventos. E aquilo que o Senhor Comandante da PSP, sobretudo o Superintendente Rafael Marques nos vai dizendo, é que a partir de determinada hora, os prejuízos são muito maiores que os benefícios porque aumenta a conflitualidade, aumenta os episódios de pequena violência, aumenta a sensação de insegurança e também aquilo que é o pouco respeito se assim se pode dizer pelas pessoas que vivem na proximidade dos locais onde se realizam esses eventos.

Efetivamente na Passagem de Ano, fizemos um investimento muito interessante e importante, tivemos o espaço cívico cheio até um pouco depois das quatro da manhã, mas de acordo com as Forças de Segurança este será o limite a respeitar e, obviamente, respeitamos aquilo que são as recomendações das Forças de Segurança, mas também para o bem dos cidadãos, e também para proteger aqueles que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

têm como profissão fazer a venda de bebidas, nomeadamente, bebidas alcoólicas que a partir de determinada altura, como lhe disse, começa a ter aqui algumas situações mais complicadas.

Relativamente ao campo da feira e às atividades do mercado semanal que se realiza no campo da feira, de facto, já se verifica há muito tempo a diminuição de pessoas a vender e a diminuição também de clientes nesse espaço. Temos de refletir acerca disto, refletir sobre aquilo que é o caminho do comércio e o desenvolvimento dos territórios baseado na atividade comercial e de que forma é que as novas ferramentas e a evolução das novas tecnologias vieram também alterar os hábitos de venda e de consumo.

Ainda há pouco tempo foi aqui notícia e foi aqui assunto para alguma agitação, o fecho da loja da Zara no Fórum de Castelo Branco, uma decisão que não tem nada a ver com Castelo Branco, pois há uma estratégia internacional do grupo Zara que fecha todas as lojas que tem uma faturação inferior a sete milhões de euros e que resulta precisamente desta nova forma de fazer comércio, desta nova forma de comprar e de vender. Comprar e vender à distância com mais comodidade e ao mesmo tempo também menos despesas de funcionamento. E temos efetivamente de estar despertos, e compreender, porque as coisas é que estão a mudar e não só em Castelo Branco, no Concelho, no Distrito, ou no Centro, estão sim, a mudar no país e no mundo.

Naturalmente, que o mercado municipal também sente este tipo de alterações. As grandes superfícies, as pessoas têm maior comodidade e maior abrangência daquilo que vão comprar e, portanto, tudo isto tem que ser equacionado e avaliado, importa-nos talvez fazer essas reflexões e procurar antecipar o futuro. E de que forma é que podemos responder a essas situações de maiores alterações?

A Senhora Deputada Adelina Martins, fala-nos dos painéis solares e a sua implicação na paisagem, a sua implicação no ambiente e os riscos ambientais e paisagísticos que daí decorrem. Efetivamente já aprovamos nesta Assembleia Municipal várias declarações de interesse público, relativamente, aos painéis fotovoltaicos e aos locais onde se produz energia por via dos painéis fotovoltaicos. O país e a Europa, assumiram uma política clara no que diz respeito à energia e à sua produção.

A Central do Pego aqui tão perto de nós, encerrou porque era uma central que produzia energia a partir do carvão e por uma diretiva comunitária, entendeu-se que se devia erradicar a produção de energia a partir do carvão e desse combustível fóssil, hoje a Central do Pego está direcionada para a produção de energia elétrica a partir do gás, mas o país e a Europa e também o mundo tem feito um esforço muito grande, no sentido, de substituir estas formas de produção de energia por outras formas, ambientalmente, supostamente, mais amigas do ambiente que respondem melhor aos problemas do efeito de estufa e que refletem consequências sobre a vida dos cidadãos. Talvez não seja tão bonito ver,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

como diz, e eu registei aqui, paisagens de painéis negros, o que é certo é que hoje esta é uma tendência em desenvolvimento e sem energia não temos futuro, sem energia dificilmente damos resposta às nossas necessidades pessoais e familiares, sem energia não damos resposta às solicitações cada vez maiores por parte da indústria, seja da fabril, seja a outro nível qualquer como por exemplo o dos transportes. Qual é a nossa posição em relação a isto? A nossa posição é ouvir sempre os pareceres técnicos e dentro daquilo que são os pareceres técnicos enquadrar depois as propostas para deliberação, nomeadamente, para a aprovação deste tipo de centrais. Já agora recordo que está em desenvolvimento a criação de um novo parque eólico, sendo que o concelho de Castelo Branco, a cidade e também algumas freguesias têm sido atravessadas com muita frequência por camiões que transportam as hélices para esse parque eólico, tem ocorrido com muita normalidade, foi feito um trabalho de planeamento atempado, relativamente, aos locais de passagem e também às suas condicionantes e, portanto, é algo que ainda está em desenvolvimento. Ainda ontem à noite passei onde estes camiões fazem uma paragem estratégica no antigo espaço da brigada de trânsito e lá estavam mais três pares de hélices para serem transportadas.

A Senhora Deputada Maria José Rafael, fala-nos sobre a DRAPC, devo dizer que a primeira vez que fui confrontado com a reorganização das CCDR e com a integração da DRAPC na CCDR manifestei a minha preocupação e ao mesmo tempo a nossa posição relativamente à DRAPC. Fiz reuniões com a Senhora Ministra, conjuntamente com a senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e foi-nos garantido pela Senhora Ministra que ficaria aqui uma Vice-Presidência da CCDR, nomeadamente, uma vice-presidência ligada à agricultura.

Foi um compromisso assumido pela Senhora Ministra que acredito que venha a ser concretizado. Ainda assim, Senhora Deputada, não nos conformamos, quando dissemos que queríamos aqui uma vice-presidência, dissemo-lo, quando soubemos que a Senhora Presidente da CCDR tinha assumido ela própria a pasta da agricultura, mostramos o nosso descontentamento e também a nossa insatisfação, relativamente, a essa decisão. Não sei se a senhora Deputada está muito por dentro destas questões da agricultura e se está muito por dentro do que tem sido as reivindicações dos políticos locais, relativamente, à presença do Estado e à presença dos setores do Estado no nosso território. Não sei, não está muito por dentro disso, convido-a a ver uma publicação da Beira Baixa TV no dia 21 de abril de 2015, neste caso, concreto relativamente a uma decisão das Águas de Portugal também, relativamente, à sede na região centro do Grupo Águas de Lisboa e Vale do Tejo e convido-a a ver qual foi a posição daqueles que eram na altura responsáveis pela autarquia de Castelo Branco e a forma como se conformaram, ou não, com esta decisão de levar para a Guarda a sede de uma organização importante em termos de decisão e, neste caso, de gestão da água.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Presidente da União de Freguesia de Escalos de Baixa e Mata, António Falcão, fala-nos sobre a escola de Escalos de Baixo e sobre a proximidade entre o Executivo Municipal e a Junta de Freguesia. Tal como em Monforte da Beira foi identificada também esta necessidade de requalificar a escola dos Escalos de Baixo, fizemos o projeto que durou tempo, lançamos o concurso demorou tempo e neste momento estamos a executar a obra.

Aproximámo-nos das populações e respondemos a essas mesmas populações e já agora ainda voltando atrás e à pergunta da Senhora Deputada Maria José, dizer-lhe também que até hoje nenhum serviço, nenhum trabalhador saiu da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro de Castelo Branco, antes pelo contrário, ainda ontem foi feita uma reunião em que se garante a manutenção desses trabalhadores em Castelo Branco, tirando os que estão ligados aos aspetos fitossanitários que são um processo que reporta à reorganização.

Depois o Senhor Deputado, Armando Ramalho, fala-nos da zona histórica, acredito e sei que o Senhor, um professor, um pensador, um homem de ação, custa-me perceber como é que faz uma intervenção como se não houvesse amanhã, como se um projeto de requalificação da zona histórica se concretizasse com um estalar de dedos e como se de um dia para o outro tudo tivesse concluído. Eu, já disse, Senhor Deputado, muitas vezes e di-lo-ei as vezes que forem precisas que a requalificação da zona histórica não se fará num ano, em dois, num mandato ou em dois. Será um processo longo, um processo difícil e será um processo que irá a valorizar Castelo Branco, a zona histórica e irá valorizar e implementar o nosso desenvolvimento. Mas, não o faremos num ano, nem dois ou num só mandato. Ainda assim, devo-lhe dizer Senhor Deputado que anda pouco atento, que não lê as notícias e o Senhor também não está presente nos momentos em que se tomam as decisões e é por isso que não sabe que aprovamos e levamos a concurso e já está em obra a requalificação de três casas na zona histórica no valor de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros. É por isso que também não dá o devido valor àquilo que é um projeto estruturante para a cidade, para o concelho e para a região que é o centro de estudos gastronómicos ou escola de chefes. E, fala de segredo e é de facto segredo, é de facto de condicionar alguma informação relativamente àquilo que estamos a desenvolver para a Escola de Chefes. Já disse várias vezes que em devido tempo apresentaremos aquilo que é o plano curricular e as áreas de intervenção direcionadas para a formação de cozinheiros, formação de técnicos de mesa e também de serviço de bar. Mas, agora Senhor Engenheiro aquilo que nos interessa é levar por diante a concretização deste projeto, é fazer uma nova avaliação daquilo que são os custos associados ao projeto, levar o projeto a concurso e depois reconstruir aquelas duas casas, sendo que uma delas até corre risco de ruína para lhes dar um novo destino ligado ao desenvolvimento e à presença de pessoas e de empresas e de vida no centro histórico da cidade de Castelo Branco.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostaria eu, Senhor Deputado que isto se resolvesse com um estalar de dedos, infelizmente não é assim, vamos precisar de tempo, mas se há uma coisa que temos é paciência, capacidade de projetar o futuro e de o executar de forma paulatina e de forma consistente, e é nesse sentido que estamos também a trabalhar no que diz respeito ao Centro de Estudos Gastronómicos ou Escola de Chefes, em breve vamos trazer novamente a Reunião de Câmara uma proposta para lançar esta obra e cá estaremos para ver quem é que está de acordo ou quem é que se opõe ao desenvolvimento através de uma área tão importante como é a do turismo. Mas, não posso ficar por aqui Senhor Deputado, o Senhor também não esteve presente na inauguração da TRH quando inauguramos as instalações dessa empresa nos antigos CTT e também ainda não percebeu que a empresa Noesis abrirá também as suas portas precisamente no mesmo edifício, ou seja, pessoas e empresas para a zona histórica. O Senhor também não valorizou uma coisa que é extremamente importante para Castelo Branco, para a região e para o país que é a decisão do Governo trazer para a nossa cidade o Tribunal Central Administrativo, um tribunal disputado por Câmaras tão importantes como Coimbra, ou Viseu e que felizmente tivemos a atenção do Governo.

A Senhora Deputada Maria José vê aí a pouca influência deste Executivo, tivemos a atenção do Governo para trazer para Castelo Branco um Tribunal desta importância. E, Senhor Deputado, pretendemos que seja instalado na zona histórica, acolha os juizes e aqueles que precisam de resolver problemas com a justiça administrativa, isto é olhar para a zona histórica, é olhar para o desenvolvimento da zona histórica e é dar dimensão à zona histórica.

Senhor Deputado, o Senhor não prestou atenção a uma assinatura de um protocolo que foi assinado com o Turismo de Portugal com a presença do Senhor Secretário de Estado do Turismo mais propriamente no Concelho de Vila Velha de Rodão, na Adegas 23, onde a Câmara Municipal assinou um protocolo, no sentido, de ser financiado um valor de cerca quatrocentos mil euros, para a requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo. O Senhor não esteve atento ou pelo menos não valorizou na intervenção que aqui fez.

Se diz que terminaremos este mandato sem fazermos nada na zona histórica, não, já fizemos muita coisa na zona histórica, estamos a projetar o futuro da zona histórica e faremos de certeza absoluta um grande trabalho, em prol, da zona histórica assim como de Castelo Branco.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas, estimada amiga Celeste Rodrigues, fala de facto de abril e daquilo que é o cumprimento de abril e dos ideais de abril. Uma das primeiras preocupações que nos foi transmitida quando tomamos posse e também nos Serviços Municipalizados, foi precisamente a questão do fornecimento de água e da gestão de água nas localidades da Grade, Pousafoles, Paiágua e Paradanta, as últimas localidades no Concelho de Castelo Branco onde a gestão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de água ainda é feita às populações, por associações locais. Colocavam-se aqui várias questões, tais como, a questão da saúde pública porque essas populações ou gestores de água, não têm meios para fazer o devido acompanhamento da qualidade da mesma e por essa razão começamos também a trabalhar, no sentido, de resolver um problema que tem muitas décadas e que importa tratar em proximidade com as pessoas. E foi por isso e tenho que agradecer também à Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alameda e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Beira que infelizmente não pode estar presente na reunião que realizamos com as pessoas, foi por isso que pedimos aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias que nos agendassem uma reunião para podermos explicar, partilhar e, sobretudo, apresentar aquilo que era a nossa proposta de trabalhar com as populações e resolver os problemas das populações. Havia até alguma sensação de que poderia haver algum problema, pois as pessoas já há muito tempo que geriam estes sistemas de água e podiam levantar resistências a uma alteração que é significativa na forma como se gere a água nestas localidades e na intervenção dos Serviços Municipalizados e também numa alteração de faturar o serviço de água. Devo dizer que com a participação e o empenho e proximidade dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, estas reuniões superaram as nossas expectativas pela forma como fomos acolhidos e também da forma como correu a reunião e também pela adesão incondicional dos habitantes dessas localidades, algo que é fundamental, um sistema de água monitorizado, um sistema de água que garanta o fornecimento e um sistema ou uma gestão de água que garanta a qualidade da água.

De facto, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas, estimada amiga Celeste Rodrigues, estamos a cumprir Abril.

Há poucos dias alguém me dizia como é que é possível passados 50 anos sobre o 25 de abril, ainda existirem problemas destes por resolver. Não foi ninguém aqui da região, foi uma pessoa amiga que trabalha e vive em Lisboa e expliquei que sim, que ainda existem problemas destes para resolver, mas que a nossa obrigação, a nossa missão e o nosso compromisso é resolvê-los e dar-lhes resposta.

A Senhora Deputada Cristina Granada, fala sobre a Escola a Tempo Inteiro e refere aqui aquelas que tem sido as áreas de intervenção da Câmara Municipal no que diz respeito à Escola a Tempo Inteiro.

Estimada Cristina Granada, de facto, o projeto da Escola a Tempo Inteiro é apenas uma parte de um projeto maior para Castelo Branco e para o desenvolvimento do mesmo. Vivemos como sabemos um inverno demográfico e vivemos o mesmo inverno demográfico na nossa região e não é de hoje, é já de algumas décadas que este território tem vindo a perder pessoas e a envelhecer. Temos duas possibilidades, ou fingimos que isto é inevitável e que nada podemos fazer e todos os anos vamos ver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

os mais jovens a partir sem regresso ou então definimos uma estratégia que seja consistente que se complemente e que tenha uma intervenção e é precisamente nessa estratégia que estamos a trabalhar e é com esse objetivo que é atrair e fixar população para estes territórios. Delineamos e implementamos a Escola a Tempo Inteiro, um projeto que enquadra as nossas crianças e que lhes dão uma resposta pedagógica e tecnicamente adequada.

Implementamos o pagamento de refeições, tivemos aqui, é verdade e temos de realçar o alinhamento do PSD relativamente a isto, estamos a pagar as refeições no 1º. Ciclo e no Ensino Básico, estamos a devolver 150 euros às famílias. São apoios muito significativos às famílias, são apoios que custam muito dinheiro, mas que acreditamos que são apoios necessários e que temos de levar por diante ainda com maior determinação.

Mas, não ficamos por aqui, este é um projeto de intervenção com várias variáveis e com vários âmbitos de intervenção e é por isso também, como referiu e muito bem, estamos a executar os projetos para as creches, a executar projetos para dar resposta às famílias, estamos a tentar encontrar solução para aqueles que querem trabalhar e não têm onde deixar os seus filhos em idade mais tenra. E é por isso que já temos praticamente concluído, penso que esta semana será entregue o projeto para a construção de uma Creche na Quinta das Violetas, lançamos o concurso para o projeto para a Quinta Pires Marques, onde, infelizmente, tivemos que ter aqui uma nuance porque com o anúncio por parte da Obra de Santa Zita do encerramento do espaço, onde funcionam por falta de condições, tivemos que reequacionar esse espaço da Creche da Quinta Pires Marques que será mais que uma creche, será também um espaço para jardim de infância onde iremos acolher a Obra de Santa Zita para que esta importante instituição continue a trabalhar em Castelo Branco.

É também com este objetivo que pretendemos reconstruir um dos blocos do antigo ciclo preparatório, transformando-o numa creche e num espaço para acolher os mais jovens e, neste caso, concreto, em proximidade e em articulação com uma IPSS local. Esta estratégia de atrair e fixar população não se fica por aqui, também se complementa com a devolução do IRS, este ano são 3,5% para o ano serão 4% de devolução de IRS aos cidadãos que aqui querem viver e trabalhar e temos, efetivamente, estar atentos às tendências dos outros Concelhos e como se posicionam e competem com o nosso Concelho. É por isso que temos estado a reunir com outros Municípios e com empresas e por isso mesmo, reunimos há poucos dias em Geneve com a direção da Dassault Aviation Business Services), no sentido, de reforçar a presença dessa empresa que é de facto um investimento internacional que várias cidades que têm também aeródromos da dimensão do nosso desejavam e nós conseguimos atrair para Castelo Branco. Não será de um dia para o outro que tudo isto se concretizará ou que concretizaremos todos estes projetos, alguns são mais simples, alguns estão em execução plena e alguns já dão resultados e frutos, mas há outros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que levarão tempo a concretizar-se e levarão tempo a afirmar-se. Demorará tempo a estabelecer uma estratégia completa de atração e fixação de investimento, a construir alguns equipamentos que tão desejados e necessários são, mas, como disse, há uma coisa que nos caracteriza, somos resistentes, pacientes e não desistimos quando acreditamos que temos uma missão a levar por diante que é a missão do desenvolvimento e da resposta às nossas pessoas e populações e é isso que fazemos todos os dias, trabalhar em prol de Castelo Branco, ouvir as pessoas, perceber quais as suas dificuldades, mas importante é ter uma estratégia clara como há muito tempo Castelo Branco não tinha, de atrair e fixar população que se concretiza também, devo dizê-lo, e recorda-lo com questão há habitação.

A questão da habitação é hoje um ponto crítico e fundamental no desenvolvimento dos territórios, o país inteiro compete pelo acesso à habitação, milhares de pessoas vivem na ansiedade de não terem uma casa para viver e é também por essa razão que assinamos através da Comunidade Intermunicipal um protocolo com o IHRU, um protocolo que nos permitirá construir habitação, a rendas acessíveis dando mais uma vez resposta às necessidades dos mais jovens, às necessidades daqueles que começam a organizar a sua vida familiar que querem viver e trabalhar em Castelo Branco. Concretizaremos este objetivo que é uma resposta fundamental aos jovens, aos meus filhos, aos vossos filhos, aos filhos dos vossos amigos, porque é por eles que estamos a pensar e é para eles que estamos a trabalhar quando nos propomos construir habitação a renda acessível, é um desígnio local, é um desígnio nacional e é um desígnio de desenvolvimento.

### **Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI)**

Apesar de ter feito aqui umas menos simpáticas qualificações sobre a minha intervenção e dos meus colegas e sobre aquilo que conhecemos e não conhecemos. Repare, na minha intervenção não fui eu que prometi obras em 2025 e quem referiu que passavam para 2028.

É uma promessa que não é nossa e também não é sua. Eu vim aqui para lhe pedir ajuda porque é a única pessoa que esteve dentro do processo, explique-nos o que se passou.

Foi lançado o concurso para a primeira fase, é isso? Com que dinheiro? Se não é o do 5G. E este 2028, é para a segunda fase ou é também para a primeira fase? Venho aqui pedir ajuda, no sentido de me esclarecerem a mim e aos Albicastrenses. Não interprete mal, não é necessário estar aqui com discursos ríspidos, queremos trabalhar todos na mesma direção.

Não quero que o nosso IC31 seja o nosso aeroporto de Lisboa, já há cinquenta anos que se fala nele.

**Presidente da Câmara Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Deputado é óbvio que não o quis ofender ou sequer magoar, jamais o faria. O Senhor já me conhece o suficiente para saber que não é essa a minha forma de estar, ou de ser. O apelo que faço, é que possa haver alguma proximidade há realidade. Que haja algum conhecimento da realidade. Enquanto o Senhor aqui estava a falar, pedi esclarecimentos à Senhora Ministra e também ao Senhor Deputado e Secretário de Estado Nuno Fazenda acerca deste projeto, para me certificar, relativamente, ao que está em causa. O que o Senhor Deputado me referiu é que o IC31 está aprovado por uma Resolução do Conselho de Ministros e o financiamento foi enquadrado por via das receitas do Leilão 5G. Há um concurso internacional para os projetos do primeiro troço, já lançado e prevê-se a abertura do segundo troço, ainda durante o mês de março. Foram palavras do Senhor Secretário de Estado que decorrem, obviamente também daquilo que é o seu conhecimento das decisões do Governo e das ações do Governo.

O Senhor tentou fazer futurologia com as eleições legislativas que se aproximam. Há uma coisa que lhe garanto Senhor Deputado, é que este Presidente da Câmara, manterá a mesma atitude, quer o Governo seja do PS, do PSD, ou seja de outra força política que venha a governar Portugal a partir das eleições do dia 10 de março. E a nossa posição tal como fizemos com a DRAPC, e recordo o que é a minha posição, é de ter aqui uma Vice-Presidência e foi o que disse à Senhora Ministra e a outros governantes com quem tratei e a nossa posição e relação ao IC31 é continuarmos a debater pelo IC31 e pela sua conclusão e o seu serviço na população.

Gostaria que fosse em 2025, aliás gostava que a obra estivesse concluída em 2025, aquilo que está em causa é a concretização de um compromisso e que foi aqui bem expresso e o Senhor trouxe as imagens que testemunham esse compromisso e não esqueçamos aquilo que já foi comprometido em troco de pouco para a nossa região e para o nosso interior.

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.**

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27/02/2024

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 12/02/2024:

i) Saldo de Operações Orçamentais – 42.254.407,70€

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – 106.158,27 €

iii) Valor em dívida em 12/02/2024 – 657.617,45 €

iv) Outros:

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – .....

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Fruto do trabalho da Dra. Deolinda, foi-lhes apresentado um documento exaustivo que retrata aquilo que foi a atividade do Executivo ao longo deste tempo.

Para além disso, quero deixar aqui mais duas ou três questões expressas e que têm haver com a nossa ação em concreto. Reportar também porque quando representamos o Concelho de Castelo Branco, não nos representamos a nós e assim deixar aqui um testemunho de uma presença que tivemos em Marrocos a convite do Governador da Região Oriental e devo dizer que foi uma visita à qual tive alguma dificuldade em responder, mas que depois de se concretizar reputo de bastante importante. Uma visita à região Oriental de Marrocos que tem mais ou menos a mesma área territorial do território Português, onde podemos reunir com o Senhor Governador e também com o Vice-Presidente da Universidade que tem só 85.000 alunos e 1100 professores, onde podemos perceber quais são as áreas de investigação que essa Universidade está a desenvolver e onde podemos depois reunir com operadores da área do turismo e também com pessoas que têm uma presença forte e uma intervenção também forte no território. Foi uma visita como disse que abriu algumas perspetivas e que em devido tempo traremos aqui também



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

para aprofundar o seu conhecimento, mas que acho que pode estabelecer alguns laços importantes com Marrocos e com algumas perspetivas de cooperação com Marrocos.

Dizer também, já foi referido aqui este tema que estive presente em Geneve, numa visita quase relâmpago, tendo chegado a Geneve numa quarta-feira à noite, no outro dia pela manhã estava já a caminho do aeroporto, passamos o dia inteiro a visitar aquilo que são as infraestruturas da Dassault, na cidade de Geneve e mais propriamente no aeroporto de Geneve, onde podemos verificar a forma como se faz a manutenção de jatos privados, que infraestruturas são necessárias para essa manutenção e também de que forma podem ser estabelecidos e aprofundados os laços de cooperação que se iniciaram recentemente com esta empresa Dassault.

Foi uma visita interessante, uma visita que abriu novas perspetivas de intervenção e também de investimento da Dassault Aviation Business Services, aqui em Castelo Branco.

Quero aqui reportar estes dois momentos e também não podia deixar de dar aqui nota da assinatura de mais um protocolo com o IRS (Instituto de Reinserção Social), e com o Senhor Diretor ligado à área das prisões.

Tivemos aqui na sexta-feira, a assinatura desse protocolo que prevê que os Serviços Municipalizados possam dar a oportunidade a reclusos de fazerem a sua reinserção social, neste caso, através de trabalho desenvolvido e acompanhado pelos Serviços Municipalizados.

Também quero deixar uma nota, relativamente, à reunião do Conselho Municipal de Segurança, esteve presente o Senhor Coordenador, foi uma reunião que retoma a proximidade e também o cumprimento das obrigações no que diz respeito a este aspeto, que envolveu as Forças de Segurança onde estiveram também por direito próprio alguns dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e onde podemos conhecer os dados e refletir sobre algumas necessidades de intervenção.

### **Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de St.º André das Tojeiras)**

A Câmara Municipal de Castelo Branco desenvolve há vários anos uma parceria ativa com Associações desportivas do concelho, reconhecendo o papel importante que estas associações e os clubes desportivos representam no fomento e generalização da prática desportiva.

Em termos de apoios, este processo foi um desastre a partir de agosto de 2022.

Em setembro de 2022 a Câmara Municipal iniciou o processo de formulação de novos regulamentos. A publicação do regulamento em Diário da República só aconteceu em janeiro de 2024. A aprovação pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Executivo Municipal do aviso de abertura para a época que está praticamente a terminar, aconteceu em 14 de fevereiro. Na passada sexta-feira foi publicado nos meios do município a abertura de candidaturas.

Estando em final de fevereiro de 2024, que para as associações desportivas é praticamente o final da época, há clubes que terminam a época dia 7 de abril, e ainda não sabem com o que contam em termos de apoios por parte da Câmara Municipal.

´Só para dar uma ideia do que estou a falar, o clube que mais apoio tem recebido, irá saber o valor financeiro do apoio para esta época desportiva 2023-2024, quando faltarem apenas 3 jornadas para o fim da época regular. Não é admissível!

Esta Assembleia, os dirigentes associativos desportivos e os albicastrenses merecem que o Senhor Presidente explique o porquê da demora de mais de um ano e meio desde a suspensão do regulamento até à sua publicação.

O que é que se passou Senhor Presidente?

O que é que falhou?

Quem é o principal responsável por esta situação?

Muito obrigado!

### **Presidente da Câmara**

Obrigado, Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, de facto, estamos a concluir um projeto de um processo longo que gostaria de ter concluído há bastante tempo, mas também lhe devo dizer Senhor Presidente de junta de Freguesia, que a tragédia é o facto da Câmara Municipal de Castelo Branco ter sido obrigada pelo Tribunal de Contas a fazer um Regulamento.

O que lhe devo dizer Senhor Presidente, é que durante muitos anos não se cumpriu a lei, nomeadamente, no que diz respeito à atribuição de apoios ao associativismo desportivo que deve ser regulamentado por contratos programa de desenvolvimento desportivo e que sistematicamente foi olvidado e sistematicamente não foi cumprido.

A tragédia, Senhor Presidente de Junta de Freguesia, é o senhor não compreender a nossa proximidade e o trabalho que temos feito com as associações, o facto, de termos dado resposta às necessidades dessas associações e o facto de estarmos presentes no sentido de resolver problemas que foram colocados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Uma tragédia, Senhor Presidente de Junta de Freguesia, foi este Executivo ter tomado posse no dia 15 de outubro de 2021 e quando vai ver o regulamento e os instrumentos para poder aplicar esse regulamento, encontrar zero. Zero formulários, zero propostas e zero de projetos de intervenção e de implementação desse mesmo regulamento.

### **Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)**

Mais que uma vez comentei aqui este tema na questão da atividade municipal que era os processos em curso, sendo que havia um processo de maior valor, que ora aparecia, ora não, por vezes escrito à mão com valores diferentes, então hoje cabe-me dar os parabéns, porque pela primeira vez já vem anotado como todos os outros de uma forma estruturada e assim pode ser seguido por todos de direito.

### **António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI)**

Venho aqui falar concretamente da atividade do Município e, nomeadamente, acerca deste relatório, do que aqui está e já agora do que não está. E há de facto temas importantes, que foram promessas para este mandato e sobre o qual não encontramos neste relatório de informação, e, portanto, ainda bem que o Senhor Presidente de Câmara hoje nos trouxe aqui algum esclarecimento acerca das promessas que fez e que de facto não são para este mandato, são para este e para o próximo e são para outros que possam vir a existir, porque na altura, quando empenhadamente alguns votaram no Partido Socialista, fizeram-no convencidos que as promessas que lá estavam eram sérias e para serem cumpridas de facto nestes quatro anos de mandato, tempus fugit.

Podia falar da Escola de Chefes que aparentemente, há agora aqui algum segredo, não sei se relativamente às receitas, ou se ao projeto em si, ou às casas quando aparentemente estão a ser reconstruídas três casas, ou a quinhentos postos de trabalho quando aparentemente foram criados meia dúzia de postos de trabalho.

Mas, Senhor Presidente de Câmara Municipal de Castelo Branco, a pergunta que aqui faço e que faço a todos os presentes, é se leram este relatório que nos chegou ontem? Se alguém teve o cuidado de ler este relatório que tem 189 páginas, pode ter muita informação, mas é um relatório complexo e mal estruturado, muitíssimo mal estruturado. Este relatório não deixa de ser uma compilação da informação que os serviços deram. Não é um relatório digno para se trazer a esta Assembleia Municipal, ou então, Senhor Presidente de Câmara Municipal, disponibilize este relatório à comunidade Albicastrense, apresente-o na forma como nos foi entregue à comunidade Albicastrense para que esta perceba como é que está a funcionar a Câmara Municipal, liderada por si.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

senhor Presidente de Câmara, no capítulo 1, que tem como título representação externa, tem apenas um paragrafo, que diz assim; “no período em análise e no âmbito das suas funções, o Presidente de Câmara Municipal de Castelo Branco esteve presente em várias reuniões a saber: Reuniões da Câmara Municipal, Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e da Assembleia Municipal. Estas são reuniões externas? Mas, externas em quê? Ao Gabinete do Senhor Presidente? Para mim, a reunião externa foi a que fez a Marrocos e Geneve que nos trouxe aqui uma demonstração do que foi esse trabalho. Isto é o primeiro capítulo, que tem um parágrafo. Depois no segundo capítulo, reuniões do Executivo, comparam reuniões com representações e fazem um gráfico “tivemos 75 reuniões, 25 representações, 75% foi reuniões. Mas o que é isto? Estamos a comparar o quê com o quê?

Depois a partir do capítulo três, temos vários gabinetes, várias divisões e o grau de detalhe não é comparável. Quer dizer aparecem coisas, como o número de entrada de canídeos e de gatídeos, depois a tabelas que não são.

Depois temos, por exemplo, no capítulo seis, Divisão de Comunicação, design e Eventos que só tem fotografias, não tem um texto, não tem uma referência, não tem nada.

Depois há detalhes, como serviço de pintura ou uma generalidade, como manutenção de passeios na cidade. Para que serve esta informação?

Senhor Presidente, estou aqui para ajudar o Município de Castelo Branco. Somos professores de diferentes níveis de ensino, não sei que nota o Senhor Presidente atribuía a um relatório destes. Eu não admitia sequer um processo de avaliação e os meus estudantes sempre tiveram boas notas.

Portanto, Senhor Presidente, *tempus fugit*.

Todos os livros merecem ser lidos, mas há relatórios que não devem ser lidos e este relatório precisa de um correção, alguma capacidade de síntese, daquilo que deve ser em concreto daquilo que o Senhor Presidente traz, relativamente, à atividade do Município e não nos encher com este conjunto de informação que pode ser muito útil para o serviço, certamente é muito útil ao Chefe de Divisão, é muito útil ao Coordenador de Serviço, mas pergunto aqui, qual será a utilidade do detalhe desta informação, quanto depois à informação que efetivamente gostávamos de ter, não temos aqui.

Senhor Presidente, se me quiser responder, diga-me nestes dois meses, dezembro de 2023 e janeiro de 2024, quais foram as cinco principais ações que o Senhor Presidente fez, concretizou e que vão ao encontro das promessas que fez aos Albicastrenses.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **Joaquim Manuel Faustino (PS)**

A questão é muito objetiva e curta, mas deixe-me dizer-lhe Senhor Professor, estou aqui em representação dos eleitores, não estou no meio académico. Quando quiser discutir o que é um relatório, até vou a jogo.

O relatório que me chegou às mãos como Membro da Assembleia Municipal, estou ou não proibido de o divulgar na comunidade? É que há coisas que são demagógicas.

### **André Carvalho (PS)**

Senhor Presidente, não falei, nem estava para falar, mas venho defender pessoalmente a minha honra e conjuntamente a honra dos socialistas. Eu votei no Partido Socialista e você estar a dizer que não sou digno, nem sou sério, desculpe, mas o Senhor está a falar para quem?

É assim, estar a dizer que o relatório e os eleitores do Partido Socialista que aquilo não é digno nem sério. O senhor tome nota nas palavras que diz. E depois queria também recriminar as suas palavras, o senhor que tem o descaramento perante esta plateia estar a falar de professores e professores de vários níveis, pois não sou professor, mas sou um homem de “H” grande.

### **António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI)**

Acho que não houve uma compreensão daquilo que disse, muito sinceramente nunca disse aqui que os Senhores que votaram no PS, não eram pessoas dignas, não eram pessoas de bem e pessoas de H grande. Eu convido-o a ver o vídeo desta sessão. O que disse, é que o relatório não era digno para ser apresentado aos albicastrenses e não serei eu a fazê-lo, não tenho redes sociais, é aqui que o faço a minha posição cívica perante a cidade e o concelho. Não é nas redes sociais, não é no esgoto, muitas vezes atrás de um teclado que o faço, faço-o aqui e, portanto, o que sugeri aqui é que o relatório fosse corrigido, fosse melhorado, se o quiserem melhorar muito bem. Se acham que este relatório está bem assim, parece-me que nesta sala poucas pessoas o terão lido ou poucas pessoas o apreciaram, então a Câmara que o disponibilize desta forma.

### **Presidente da Câmara**

Senhor Deputado, falta-lhe duas coisas. Falta-lhe história e falta-lhe memória. Falta-lhe história para perceber aquilo que foi ao longo de muitos anos uma reivindicação dos membros da Assembleia Municipal. Falta-lhe história para conhecer a reivindicação nomeadamente do PSD, do PCP, do BE que em cada uma das sessões da Assembleia Municipal aqui pediam ao Executivo que lhes apresentasse um relatório que fosse para além daquilo que são as obras em execução e do saldo da Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Falta-lhe de facto história e memória e falta-lhe o respeito por alguém que teve um trabalho muito importante de fornecer a estes Deputados Municipais e ao Concelho por essa via uma informação que é complexa, mas que espelha aquilo que é a intervenção do Município e que espelha aquilo que é intervenção dos Serviços da Câmara Municipal.

O relatório que vos entregamos, para além do que é atividade dos elementos do Executivo, reflete também o imenso trabalho dos homens e das mulheres que sendo funcionários desta Câmara Municipal, todos os dias dão o seu melhor em prol dos cidadãos e da resposta aos cidadãos.

Senhor Presidente do IPCB e também estimado Deputado Municipal, aqui estaremos para cumprir as nossas promessas e aqui estaremos para honrar os nossos compromissos com os cidadãos eleitores. Cumpra também o Senhor Presidente do IPCB, aquilo que são os seus desígnios e as suas áreas de intervenção.

### **António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI)**

Senhor Presidente da Câmara Municipal, não estou aqui na qualidade de Presidente do IPCB, agradeceia que o Senhor não me voltasse a tratar no decorrer de uma Sessão da Assembleia Municipal como Presidente do IPCB. Até hoje tive capacidade para reconhecer a posição que posso ter aqui na qualidade de líder da Bancada Municipal do S-MI e a posição que já tive hoje de manhã e voltarei a ter daqui a pouco no IPCB, na qualidade de Presidente do Instituto, onde a si sempre o recebi com toda a dignidade e na qualidade que tem e que respeito de Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Senhor Presidente, peço-lhe que não me volte a tratar nesta Assembleia Municipal como Presidente do IPCB, o Senhor Presidente não tem um exemplo da minha parte de ter confundido os dois papéis que tenho.

Quanto à questão da história, Senhor Presidente eu, não estive cá e não faço parte da sua história.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Muito obrigada, Professor António Fernandes, é que o Senhor é efetivamente Presidente do IPCB e respeito-o por isso. Quanto à forma digna como o Senhor diz que sempre tratou a Câmara Municipal, discordo consigo e o exemplo bem claro foi a última cerimónia de aniversário do IPCB e a forma como foi tratada, não o Presidente da Câmara Municipal, mas a instituição Câmara Municipal de Castelo Branco.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 2 – Discussão e votação das propostas de “Retificação da Tabela de Tarifário para o ano de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta nº. 1/20224)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Em relação a esta proposta, só venho reafirmar aquilo que foi a minha intervenção, em janeiro, reunião extraordinária, fiz várias propostas e disse-lhe até que tinha uma margem de manobra mais aliciante que poderia efetivamente ter praticado.

Já na altura disse que havia esse erro que agora vem e de resto não há mais nada. Mas quero aqui relembrar, é sem dúvida, apesar de não haver nenhum aumento, este quarto escalão que foi criado e isto é um subterfugio, permitam-me e entendam a palavra como quiser porque se a média é que de entre os 75 % dos clientes domésticos do nosso território consomem dez metros cúbicos, quer dizer que ao criar os 25 até 25, isto é realmente uma forma de ampliar e compensar determinada atividade que até acho bem, mas que os cidadãos devem também saber e sabem ainda mais que esta fatura vem acrescida com o Iva de 6% o que quer dizer que não é assim tão simplista, de que não havendo um aumento sobretudo nos domésticos naquilo que é a tarifa social os outros escalões vão ter porque há aqui a questão dos resíduos. E eu tive o cuidado de comparar e o que sabemos segundo a Deco que nos situa aqui com uma tarifa de água um pouco elevada sobretudo quem está em primeiro que é Aveiro. E nesse sentido penso que podemos fazer mais, se temos uma reserva e retifica-me quem responsável dos serviços municipalizados ou o Senhor Presidente que pode atingir os três anos, penso que os cidadãos depois desta questão e vendo também como eu disse que os 3% de inflação poderíamos ter aqui uma margem, mas a opção política da Câmara foi que não aumentasse. O que gostava de dizer, é que a fatura ambiental, o cidadão vai pagar ligeiramente e, sobretudo, o não doméstico. Aquilo que disse sobre as famílias numerosas que podíamos ter diminuído comparativamente quer municípios mais a sul quer mais a norte que analisei.

Por isso Senhor Presidente vou-me abster

**Presidente da Câmara Municipal**

Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, Estimado Professor, a questão da fatura de água como o senhor também aqui reconheceu é uma questão que tem reflexos diretos na vida das pessoas e também nas questões do orçamento familiar. Nós assumimos o compromisso de baixar a fatura de água e estamos a cumprir, não foi apenas uma promessa, não sabemos até quando e isso responde à questão que aqui está a levantar. E estou a dizer isto porque neste momento está em discussão aquilo que é o custo dos resíduos no Concelho, e o custo dos resíduos pelo menos nesta área de abrangência da Valnor e o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

está previsto, é passarmos de um custo de tonelada um pouco acima dos €50 para o dobro daquilo que estamos a pagar. Portanto, os próximos tempos serão decisivos em relação a isso e os próximos tempos terão de acomodar aquilo que for a questão da faturação.

Não quero ainda adiantar mais que isto, ainda há pouco me estava a ligar o meu colega Presidente da Câmara de Abrantes com quem temos estado a tratar deste assunto. Já tive também uma reunião com a Senhora Administradora e com o Senhor Presidente da Câmara de Abrantes e também já falei com os Presidentes das várias Câmaras do Conselho Intermunicipal da Beira Baixa. Mas, como lhe disse é algo que nos preocupa e é algo que poderá ter uma consequência direta na fatura de água que contempla, como sabe, além do fornecimento de água que é efetivamente muito barato, aquilo que é os resíduos e tratamento dos mesmos.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor, 18 votos do GM PS, 15 do GM S-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM, 2 do GM CHEGA e 1 abstenção do GM MPT, aprovar a retificação da Tabela de Tarifário para o ano de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.**

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de "Regulamento Municipal do Sistema de Utilização Partilhada de Bicicletas". (Proposta nº. 2/2024)**

**Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI)**

Referir que isto é uma medida excelente, é um exemplo de políticas públicas que visam mudar hábitos, melhorar a qualidade de vida das pessoas, no entanto, tenho de deixar aqui uma questão muito rápida que tem haver com a intervenção que fiz na última Assembleia de 2023, das várias coisas que questionei, das sete questões tive resposta a duas, entretanto o Regulamento respondeu a mais algumas. Mas, no nosso ponto de vista é necessário complementar este processo com a abertura das ciclovias na cidade. Eu, perguntei na altura, quando é que previa disponibilizar aos cidadãos as ciclovias e é para reiterar esta pergunta. Para saber se temos algum horizonte para que complementando a disponibilidade das bicicletas, as possamos usar com maior segurança e melhor comodidade nas ciclovias.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Tenho aqui algumas questões relativamente à intervenção feita antes de mim. Não sou muito apologista de ciclovias, acho que o futuro é vivermos todos em harmonia dentro da cidade e não haver ciclovias, senão qualquer dia temos um sítio para carros, outro para camiões etc. e acho que fica complexo.

Aqui relativamente ao Regulamento, levantou-me aqui algumas questões, se estamos a incentivar o uso da bicicleta, muito poucas pessoas vão ter acesso a elas. A minha primeira questão é relativamente ao horário de funcionamento que é das 7 às 22 horas. Uma pessoa que não consiga levar a bicicleta às 22 horas vai pagar até ao outro dia de manhã.

Depois reparei que temos um custo de €0,50 para os primeiros trinta minutos e depois €0,05 por minuto, uma pessoa que ande com a bicicleta 1h paga €2 e uma pessoa que ande com a bicicleta o dia todo das 7 às 22h paga €44, isto é mais caro que alugar um carro no Rente a Car.

Depois reparei numa outra situação, compreendo que seja por questões legais, mas o serviço só está acessível para menores dos 16 aos 18 anos, será, e temos uma escola de bicicletas em Castelo Branco, um menor que frequente uma formação nessa escola de bicicletas e que tenha 12 ou 13 anos não pode também ter acesso a este serviço?

Outra questão, acho perigoso, aconselha-se o uso de capacete e pergunto se não deveria ser obrigatório o uso de capacete e se esses capacetes também estão disponíveis com a utilização da bicicleta, ou andamos todos com um capacete na mala.

Outra questão ainda é, a utilização da bicicleta e destes equipamentos não pode ser utilizado para fins lucrativos, comerciais ou outro tipo de uso profissional. Mas, por exemplo, no meu caso, estou no meu escritório e quero ir ao banco e vou usar a bicicleta, estou em trabalho vou ao banco e diz aqui que não se pode utilizar para uso profissional, ou seja, será só para turistas.

Depois, diz carga máxima da bicicleta 120 kg, dou o meu próprio exemplo que peso 100 kg, levo uma mochila que pesa facilmente 10 kg, a bicicleta pesa 15 kg, já dá 135 kg, já posso andar com bicicleta. Ou seja, isto quer incentivar as pessoas a terem uma vida com mais mobilidade, mas não posso usar a bicicleta porque tenho esta limitação.

Ainda mais outra situação que é relativamente a uso, furto ou extravio, diz ser o utilizador o responsável e acho que devia haver um seguro do equipamento que é a responsabilidade por acidentes. Qualquer utilizador de bicicleta pode ser federado, paga €35/ano e tem direito a um seguro, aqui diz que o utilizador poderá subscrever um seguro de responsabilidade civil que cubra outras consequências, acho que devia ser obrigatório quando a pessoa se regista na plataforma de alguma forma devia de estar obrigado a subscrever um seguro anual., penso que para controlar este tipo de situação e olharmos para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

outras cidades que já têm, por exemplo Lisboa, muitas vezes acontece que vamos no passeio e passa uma bicicleta de um lado para o outro, ou seja há aqui uma desresponsabilização de quem está a promover o serviço e penso que deveria ser uma responsabilidade em comum que era existir um seguro

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Há que felicitar este Regulamento já há muito esperado. Estive a comparar vários regulamentos muito similares àquilo que é as características urbanas da cidade de Castelo Branco e alguns apresentam a partir de catorze anos, mas porque é que este não apresenta catorze, é uma decisão e respeita-se.

A outra questão que talvez responda aqui a alguma inquietação é que isto são utilizadores frequentes ou regular e ocasional. Porque é que não há uma taxa anual de utilização anual? Nós temos de incentivar o benefício da utilização destas bicicletas, não só por uma questão de saúde, mas até pela prática de exercício. Também não ficou aqui bem claro a localização dos parques, das estações de ancoragem de recarga. Penso se queremos incentivar uma cidade que zele pela saúde e sei que há aqui projetos que a Câmara também é responsável e não só, outras instituições envolventes podia ter havido aqui uma bonificação, sobretudo para incentivar que utilizem mais de uma hora, a duas.

Outra questão é o seguro, é a questão dos sinistros, é claro que logo no ato da aplicação podia ser uma hipótese, mas penso que devemos salvaguardar qualquer acidente e por isso o seguro acrescenta nessa taxa de desbloqueio automaticamente fica logo assegurado.

Outra questão é a da fatura.

### **Vice-Presidente - Hélder Henriques**

Em tempos de alterações climáticas é óbvio que é necessário falar de mobilidade, recordei que o Município de Castelo Branco tem vindo a implementar um sistema de transportes públicos de grande qualidade, recentemente ultrapassamos em janeiro um milhão de validações e, portanto, isso reflete precisamente a procura crescente que temos vindo a ter nesse sistema e significa que os nossos concidadãos Alcabastrenses têm aderido ao sistema de mobilidade que o Município de Castelo Branco tem vindo a proporcionar e ao qual temos vindo a juntar ou fazer alguns plus, nomeadamente, com a inclusão da rede de wifi nos autocarros entre outras coisas que temos vindo a desenvolver, porque hoje de facto um território e a coesão faz-se muito pela mobilidade e pela forma como disponibilizamos aos nossos cidadãos. E a esse propósito também destacar obviamente o esforço que a Câmara Municipal de Castelo Branco tem vindo a fazer no que diz respeito a mais oferta disponível para as freguesias. Naturalmente, nunca será a oferta que todos querem e que seria desejável, mas, enfim, é um esforço contínuo e permanente que a Câmara Municipal tem vindo a realizar a este propósito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Destaco ainda a gratuidade dos passes, neste momento e a propósito porque temos aqui um candidato do CHEGA a Deputados, o Governo do PS implementou a gratuidade dos transportes para menores de 23 anos que é uma medida importante para estes nossos territórios e também uma medida importante para o País. Além disso, a própria Câmara Municipal de Castelo Branco em articulação com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, já promoveu e aprofundou o conjunto de benefícios para que as comunidades possam usufruir com maior comodidade e de forma mais acessível ao transporte público de passageiros e recorde também a este propósito por falar em coesão social e territorial o projeto piloto que aqui lançamos de transporte flexível que hoje permite-nos dizer que temos uma percentagem de cobertura do nosso território na ordem dos 100% em transporte flexível e regular. Isto sim, é trabalhar para as pessoas, esta Câmara tem trabalhado para as pessoas e isso sim, é um enorme regozijo para nós enquanto autarcas e penso que para todos que estamos nesta sala trabalhando exatamente em benefício das pessoas. Aliás, o projeto que já foi fruto de prémios, este projeto de transporte flexível e que está disponível para todos os nossos cidadãos combatendo também a sua solidão e beneficiando também economicamente os nossos operadores locais.

Relativamente, à questão específica, enquadrando e dizendo que tudo isto resulta de uma estratégia, não são só as bicicletas é uma estratégia que o Município tem de mobilidade para o Município de Castelo Branco. E dentro dessa estratégia, temos algo que se chama o sistema de bicicletas partilhadas, ou binas como lhe quiserem chamar, porque nós democraticamente colocamos o nome à escolha dos Albicastrenses, somos assim, fazemos isso, colocamos o nome do lado dos Albicastrenses e foram os Albicastrenses que escolheram o nome, um nome que me parece muito sugestivo. E este projeto das bicicletas partilhadas é um projeto piloto e é um projeto piloto que teve consulta pública em diversos momentos e não me recorde de ver em nenhum momento os seus contributos neste projeto, e, portanto, obviamente que aceito as críticas como todos democraticamente devemos aceitar, não queremos um regresso ideológico ao passado como é óbvio. E, portanto, aceito as críticas porque somos democratas, mas aquilo que está aqui é um regulamento que de alguma forma responde à semelhança do que aconteceu e acontece outras cidades com a experiência da empresa que ganhou o concurso público que nos trouxe para este regulamento, é um regulamento que nos permite alguma tranquilidade para que o próprio sistema de bicicletas partilhadas seja protegido, seja bem utilizado e que não tenhamos dúvidas quanto à sua utilidade neste contexto. Para além de ter estado em consulta pública, há aqui um princípio que não podemos esquecer, é que a Câmara Municipal de Castelo Branco tem um programa que se chama o programa de apoio à aquisição de bicicletas, e esse programa já disponibilizou um conjunto muito significativo de bicicletas, portanto, para os cidadãos, responde ao interesse do cidadão que pretende andar de bicicleta, aliás que qualquer um de nós se pode candidatar. E, portanto, este projeto sendo um projeto piloto, insiste numa outra dimensão da mobilidade que é a relação da mobilidade com o turismo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que é uma relação ao meu ver profícua, uma relação importante e é esta que aqui está em causa. Um projeto que se chama na origem e se forem ver a designação que está no orçamento da Câmara Municipal do ano anterior e julgo que no deste também, há uma rubrica que se chama Mobitur, que é exatamente mobilidade e turismo e é desse conceito que nasce este sistema de bicicletas.

Claro que 16 anos, 14 anos, naturalmente, podíamos escolher ou optado por menos, entendemos que a partir dos 16 anos e, sobretudo, atendendo ao custo que cada equipamento destes tem, não apenas da bicicleta, as docas, a aplicação, etc., seria uma idade perfeitamente aceitável.

Relativamente à questão do valor, existe aqui um princípio também importante, relativamente, àquilo que referi, hoje demoramos no limite cerca de 15 minutos a atravessar de bicicleta a cidade de um lado ao outro, e, portanto, apesar de ser um projeto que está direcionado sobretudo para atividade turística, não quisemos obviamente deixar de fora os nossos concidadãos e Albicastrenses. E por isso o que fizemos foi colocar os primeiros trinta minutos a €0,5 de valor, é um valor simbólico, permite ao Albicastrense andar e, naturalmente, cobrar a quem nos visita e que passam mais tempo, têm uma maior utilização das bicicletas e, portanto, a partir dos trinta minutos passa a ser cobrado cinco cêntimos o minuto, exatamente o que acontece noutras realidades do país e não só.

Termino dizendo muito rapidamente, relativamente, à questão da taxa anual está prevista no regulamento, não está é a ser ainda aplicada. Portanto, isso vai ser depois desta experiência que estamos a implementar, é uma das medidas efetivamente que já está prevista, aliás à um ponto que fala em regime a avulso e regime normal, salvo erro. É exatamente uma dessas questões que está regulamentada, antecipando essa eventualidade.

A localização dos parques, vamos ter acesso a uma APP e nessa vamos poder saber onde estão as bicicletas, qual a localização delas e como é que podemos aceder às mesmas através da APP que se vão chamar Binas.

Quanto aos seguros, o que entendemos, é que estamos e é muito difícil termos um seguro adequado porque nesta fase ainda não sabemos quantas pessoas vão aderir ao sistema e em que condições, enfim temos aqui um conjunto de questões que nos levantam algumas preocupações e por isso o que procuramos foi proteger efetivamente, digamos, que a entidade e neste caso a Câmara Municipal de Castelo Branco, para evitar problemas de maior nesta fase o que não quer dizer obviamente que não se possa vir a equacionar esta questão.

E para terminar, mesmo a questão da fatura, portanto, as pessoas aderem ao sistema colocando os seus dados e depois haverá um processamento através da contabilidade, onde será emitido um recibo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ainda estamos aqui numa fase de tentar perceber qual a melhor opção, mas é apenas uma questão tecnológica nada mais.

### **Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI)**

É uma questão que decorre da explicação do Senhor Vice-presidente, que referiu aqui que este projeto está enquadrado numa estratégia de mobilidade do Município. Esta estratégia é algum documento que possamos consultar?

### **João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**

Quero fazer uma nota prévia, normalmente quem tem a necessidade de estar sempre a dizer que é democrata, é porque não é. É como o machista que diz que não é machista, como o racista que diz que não é racista... é uma coisa muito comum.

Depois outra nota, na Assembleia Municipal apresentam-se os pontos, o Executivo se quiser apresenta o ponto, ou pede alguém para apresentar, nós colocamos as questões e respondem às questões. O Executivo abdicou de fazer a apresentação e depois gastou 5 minutos na resposta, a fazer a apresentação e acaba por não responder às minhas perguntas. Vários alunos estudam na Escola Afonso Paiva e estão no Conservatório ao mesmo tempo e podiam ir de um lado para o outro de bicicleta.

A outra questão que fiz, foi o aconselhamento das medidas de segurança a utilização do capacete e não a obrigatoriedade, a outra foi a questão profissional, e outra do peso máximo admitido e a outra foi a responsabilidade do seguro por acidentes.

Eu ainda tenho tempo para fazer mais perguntas o Executivo é que não tem tempo para responder.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor, 18 do GM PS, 15 do GM S-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM, 1 do GM MPT e 2 abstenções do GM CHEGA, aprovar o Regulamento Municipal do Sistema de Utilização Partilhada de Bicicletas.**

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “Relatório de Avaliação Global. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação”. (Proposta n.º 3/2024)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Queria saber qual o impacto, porque todos os relatórios que tenho visto, os graus de execução das ações fazem um impacto que tem de ser superior em termos dos objetivos previstos. Geralmente fica-se ali em termos residuais de vinte a 20% a 25% do saldo do próprio plano. Portanto a minha pergunta é precisamente esta questão do impacto, é um relatório que compreendo que os relatórios e isto porque já levantou aqui uma certa celeuma temos de ir com o tempo, temos de lhe dar uma certa cientificidade e é assim que também culturalizamos os cidadãos com todo os meus respetos. Quer dizer nós temos de avançar, agora quando não há ou quando não houve, vamos fazer essa engrenagem de aperfeiçoamento. Estive a ler o relatório e como sempre não faço as minhas intervenções de ânimo leve e gostei realmente na discriminação e nessas questões que são previstas, ora este relatório, corrija-me, vai até 2026 o que quer dizer que este plano é ainda exequível. Penso, sendo mais objetivo, passamos de uma fase de diagnóstico a uma fase de elaboração e de implementação. A análise SWAT fiquei com algumas dúvidas, o que é normal porque as avaliações feitas ao nível institucional tem sempre estes pontos mais fracos que depois se corrigem. Gostaria de saber se ainda há alguns resíduos daquilo que são os condicionamentos impostos do pós-pandemia que inviabilizaram algumas fases deste relatório, se há ou não. Sobretudo que permitam conhecer e aprofundar, até mesmo as perceções e as necessidades e prioridades na igualdade de género e de outros atores envolvidos, sabemos que hoje temos uma cidade que tem imigração e não podemos esquecer isso. É verdade e corrija-me se estou em erro tivemos 428 violações domésticas. Há-que avançar e que realmente estar muito atento. Também reconhecer a escassez do tempo em relação aos recursos humanos do Município, também gostaria de ver aqui alguma clarificação. Penso que tem que haver maior discussão de várias áreas, esta envolvência deve deveria ser feita desde logo quando foi implementado e isso envolve também parceiros fundamentais nesta implementação e penso que embora o relatório retrate podia haver aqui um pouco mais articulação e colaboração estratégica com os agrupamentos de escolas nestes domínios da monitorização e das avaliações implementadas, são os futuros cidadãos e depois a própria formação da sociedade civil Albicastrense para que depois as decisões de intervenções políticas e não só sejam mais efetivas. O que quero dizer é que li com muita atenção, podia ser melhor como todos os relatórios poderia ser, mas sobre o impacto das ações volto a dizer são positivas, são satisfatórias, mas gostaria que fizesse uma reflexão.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação Global. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.**

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. Aditamento ao Contrato Interadministrativo para a Requalificação do Ringue de Futebol”.**  
**(Proposta n.º 4/2024)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento ao Contrato Interadministrativo para a requalificação do Ringue de Futebol da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede”.**

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **CONCLUSÃO DA ATA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas e 46 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

---

**O 1.º Secretário,**

---